

ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-11-2023.

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Alvoni Medina, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Cláudio Conceição, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fran Rodrigues, Jonas Reis, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 670/23 (Processo nº 1149/23), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 673/23 (Processo nº 1161/23), de autoria de Comandante Nádia; o Projeto de Lei do Legislativo nº 582/23 (Processo nº 0984/23), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Resolução nº 095/23 (Processo nº 1191/23), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; os Projetos de Resolução nºs 091 e 092/23 (Processos nºs 1150 e 1153/23, respectivamente), de autoria da Mesa Diretora; o Projeto de Resolução nº 094/23 (Processo nº 1183/23), de autoria de Giovane Byl; e o Requerimento de desarquivamento, de autoria de Tiago Albrecht, do Requerimento nº 028/23 (Processo nº 0095/23) de autoria de Mari Pimentel, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Mônica Leal, Tiago Albrecht, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Jessé Sangalli e Alvoni Medina. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nºs 3718 e 3868/23 encaminhando o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 026/23 (Processo nº 1198/23) e o Projeto de Lei do Executivo nº 040/23 (Processo nº 1240/23). Na oportunidade, por solicitação de Mônica Leal, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Ricardo Malcon. Foi apregoado o Ofício nº 3888/23, do Senhor Sebastião Melo, Prefeito Municipal de Porto Alegre, comunicando que se ausentará do Município do dia vinte e oito ao dia trinta de novembro do corrente, a fim de participar da 85ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos e de agenda com o Senhor Carlos Lupi, Ministro da Previdência, em Brasília – DF (SEI nº 118.00651/2023-78). Foi apregoada Representação Externa de Fernanda Barth, por meio da qual é autorizada, no dia vinte e sete de novembro do corrente, às quatorze horas, a participação do Lançamento da Frente Parlamentar contra Doutrinação Ideológica no Ensino, realizado na Assembleia Legislativa do Estado em Porto Alegre – RS (Processo SEI nº 212.00091/2023-38). Foi apregoado Requerimento firmado por Karen Santos, solicitando Licença para Tratamento

de Saúde do dia vinte e sete de novembro ao dia seis de dezembro do corrente ano, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Fran Rodrigues, informando-lhe que integraria a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB. Em seguida, Hamilton Sossmeier, presidindo, passou imediatamente ao período de Comunicações. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear a entidade Eco Pelo Clima, nos termos do Requerimento nº 223/23 (Processo nº 1234/23), de autoria da Mesa Diretora. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo; Renata Padilha - fundadora da Eco Pelo Clima; Matheus Alegre, Alessandra Denise, Tagor Santos, Clara Santi e Gabriela Nicolade, membros da Eco Pelo Clima. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Giovani Culau e Coletivo, falando em nome da Mesa Diretora; e Renata Padilha, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta minutos às quatorze horas e quarenta e cinco minutos. Em seguida, Hamilton Sossmeier, presidindo, passou imediatamente ao período de Grande Expediente. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Adeli Sell. Também, em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se: Jessé Sangalli; Lourdes Sprenger, esta em tempo cedido por João Bosco Vaz; Conselheiro Marcelo, este em tempo cedido por Comandante Nádia; e Tiago Albrecht, este em tempo cedido por Alvoni Medina. A seguir, em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Jonas Reis, Roberto Robaina, Jessé Sangalli, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Comandante Nádia, Mari Pimentel, Biga Pereira, Pablo Melo, Claudio Janta e Moisés Maluco do Bem. Foi apregoada a Emenda nº 02, de autoria de Mauro Pinheiro e Fernanda Barth, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 071/14 (Processo nº 0732/14), bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio desta Emenda às Comissões Permanentes. Foi aprovado Requerimento de autoria de Fernanda Barth, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 01, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 342/21 (Processo nº 0819/21). Às dezesseis horas e trinta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Aldacir Oliboni e Fernanda Barth, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Pedro Ruas, solicitando a retirada da priorização de matéria constante na Ordem do Dia da presente sessão. Na oportunidade, por solicitação de Cláudio Janta, foi realizado um minuto de silêncio em homenagem póstuma a Lídia de Lima Cordeiro e a José Carlos Tacca. Em Votação, foi apreciado o Requerimento nº 207/23 (Processo nº 1155/23), após ser encaminhado à votação por Engº Comassetto, Roberto Robaina, Comandante Nádia, Biga Pereira, Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Tiago Albrecht e Márcio Bins Ely. Foi aprovado o Requerimento nº 207/23, por vinte e oito votos SIM e três votos NÃO, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Fran Rodrigues, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely,

Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino e Roberto Robaina, e votado Não Jessé Sangalli, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 140/22 (Processo nº 0271/22), após ser encaminhado à votação por Fernanda Barth, Comandante Nádia, José Freitas, Claudio Janta e Jonas Reis. Na oportunidade, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Lourdes Sprenger, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão. Foi aprovada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 140/22. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 140/22. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 140/22, por quinze votos SIM, doze votos NÃO e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Claudio Janta, tendo votado Sim Adeli Sell, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Fernanda Barth, José Freitas, João Bosco Vaz, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Fran Rodrigues, Giovanni Culau e Coletivo, Jessé Sangalli, Jonas Reis, Mari Pimentel, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e optado pela Abstenção Lourdes Sprenger. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 213/23 (Proc. nº 1186/23). Às dezoito horas e treze minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, pronunciaram-se Jonas Reis e Airto Ferronato e estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 168, 571, 593, 601, 606, 668 e 672/23; os Projetos de Resolução nºs 065 e 087/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 179, 408, 573, 578, 579, 595, 596, 655 e 667/23; e os Projetos de Resolução nºs 088, 089 e 090/23. Às dezoito horas e vinte minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos.

Vereadora Mônica Leal (PP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento do empresário, Sr. Ricardo Malcon, que era cônsul honorário do Líbano no Estado do Rio Grande do Sul.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero deixar o convite da nossa Escola do Legislativo para a Abertura Musical das Oficinas de Licitações e

Contratos da Interlegis, com a participação da pianista *Connie Stephan*. O evento será realizado no dia 28, portanto, amanhã, às 9h, no Teatro Glênio Peres da Câmara Municipal de Porto Alegre. Deixamos, então, este convite em aberto a todos os colegas vereadores para estarem conosco participando.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo Ofício nº 3.888/23, do Sr. Sebastião Melo, prefeito municipal de Porto Alegre, comunicando que se ausentará do Município do dia 28 ao dia 30 de novembro de 2023, a fim de participar da 85ª Reunião Geral da Frente Nacional dos Prefeitos e de agenda com o Sr. Carlos Lupi, ministro da Previdência Social, em Brasília, no Distrito Federal.

Apregoo representação externa da Ver.^a Fernanda Barth, que representará esta Casa no Lançamento da Frente Parlamentar contra a Doutrinação Ideológica no Ensino, na Assembleia Legislativa do Estado, no dia 27 de novembro de 2023.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 27 de novembro a 6 de dezembro de 2023. A Mesa declara empossada a Ver.^a Fran Rodrigues, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação - CUTHAB.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSE LUÍS ESPINDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período é destinado a homenagear a entidade Eco Pelo Clima, nos termos do Requerimento nº 223/23, de autoria da Mesa Diretora.

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Renata Padilha, fundadora da Eco Pelo Clima. Os membros da entidade: Sr. Matheus Alegre, Sra. Alessandra Denise, Sr. Tagor Santos, Sra. Clara Santi e Sra. Gabriela Nicolade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau está com a palavra em Comunicações e falará em nome da Mesa Diretora.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Presidente Hamilton, quero agradecer-lo e cumprimentá-lo pelo acolhimento da Mesa Diretora a nossa proposição, para que fizéssemos, da tarde de hoje, Renata, este período de Comunicações em homenagem à Eco Pelo Clima. Se não estiver enganado, Presidente, hoje é o último dia de homenagens desta Câmara, em Comunicações, no ano de 2023, e considero bastante simbólico que nós tratemos de um tema muito atual, por muito tempo encarado com descaso, que é o tema da luta por justiça climática. Então, eu quero valorizar, parabenizar, cumprimentar, através de ti, Renata, e de todas e todos que compõem a Mesa, a Eco Pelo Clima, que é, Presidente e meus colegas vereadores e

vereadoras, expressão da organização da juventude gaúcha por justiça climática, da luta para contenção das mudanças climáticas, da luta por transição energética justa.

Falar sobre isso, ao final quase de um ano como 2023, é falar depois de um ano, Presidente, em que nós sofremos literalmente na pele, Ver.^a Fran, os impactos das mudanças climáticas. Os eventos climáticos extremos que vivemos são resultado dessas mudanças que durante muito tempo foram tratadas sob a ótica do negacionismo, como disse antes, do descaso, da não compreensão de que a pauta socioambiental é uma pauta do nosso tempo. E cumprimentar os quatro anos da Eco Pelo Clima, valorizando toda a atuação desenvolvida por vocês, porque vocês simbolizam exatamente, Renata, abraçar, tomar nas próprias mãos a tarefa e o desafio de quem é a última geração que pode salvar o planeta da ebulição climática e de catástrofes ainda maiores do que as que já vivemos. Ao longo desses quatro anos, é preciso destacar o papel que a Eco Pelo Clima cumpriu também em um reconhecimento por parte do Município de São Sepé, do estado de emergência climática. São Sepé foi a primeira cidade gaúcha e a segunda do Brasil a reconhecer a emergência climática. Reconhecer emergência climática é um primeiro passo para que nós possamos colocar a agenda política, a ação dos governos no patamar necessário de contenção das mudanças climáticas, é colocar o desafio das políticas públicas em um outro patamar de prioridade, e falar sobre isso, Renata, no dia de hoje, tem grande significado, porque essa também é uma bandeira da Eco Pelo Clima para a cidade de Porto Alegre.

Eu falava com vocês, antes de a sessão começar, que falar em período de Comunicações é a oportunidade de que vocês sejam ouvidos e ouvidas pelos colegas vereadores e vereadoras, sejam aqueles presentes aqui na tarde de hoje, presencialmente ou virtualmente, porque tramita aqui na Câmara de Porto Alegre exatamente um projeto de lei para que Porto Alegre reconheça, declare o estado de emergência climática, e essa é uma oportunidade de sensibilização. Por isso, peço a escuta atenciosa de cada colega vereador e vereadora, da fala que logo mais a Renata fará, porque, sem dúvida alguma, esse é um dos grandes desafios que esta Câmara Municipal tem. Eu falava há pouco que nós não podemos tratar enquanto surpresa o que vivemos ao longo deste ano. Os eventos climáticos, Ver.^a Fran, que atingiram o Rio Grande do Sul, significaram prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão. Nós tivemos, se não me engano, mais de 10 mil pessoas que precisaram sair das suas casas. Nós tivemos quase uma centena de municípios atingidos no Rio Grande do Sul. Nós, infelizmente, sofremos com as dezenas de mortes. Aqui, na nossa cidade, ao longo dos últimos anos, Matheus, Renata, demais, nós vimos crescer em 20% as áreas de risco, e justamente este também foi o ano da segunda maior cheia que esta cidade já viu. Esses temas precisam fazer este Parlamento refletir, inclusive, Ver. Adeli, num momento em que nós estamos discutindo o orçamento do Município, porque, infelizmente, o orçamento do Município revela, em alguma medida, a manutenção de uma política de descaso. Na política de qualificação da arborização urbana na nossa cidade, está prevista uma redução em 15% do seu orçamento; em gestão ambiental e qualificação das nossas unidades de conservação, uma redução em 96% do seu orçamento. O orçamento previsto, Presidente, para diagnóstico e monitoramento da questão ambiental,

prevê uma redução de 98% do seu orçamento. Infelizmente, recursos próprios para melhoria do nosso sistema de combate às cheias prevê um orçamento de apenas R\$ 4 mil. Esses são símbolos de que debater a situação climática em que vivemos e a necessidade de políticas públicas é fundamental para que a gente não siga lamentando desastres como vivemos ao longo deste ano, também infelizmente lamentando e sofrendo com mortes que são consequência do descaso com as mudanças climáticas que vivemos.

Para encerrar, além de cumprimentar a todos e todas da Eco Pelo Clima que estão aqui – preciso registrar a presença do Emerson Prates e da Ana Melgar, que representam a Ser Ação e que também são expressão de gerações e gerações de luta por justiça climática e por respeito e proteção ao meio ambiente. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o Ver. Giovanni Culau e Coletivo para fazer a entrega do diploma à entidade Eco Pelo Clima, por sua contribuição à cidade de Porto Alegre.

(Procede-se à entrega do diploma e registro fotográfico.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Renata Padilha, fundadora da entidade Eco Pelo Clima, está com a palavra.

SRA. RENATA PADILHA: Hoje, celebramos os quatro anos do movimento Eco Pelo Clima, que teve seu início tímido na cidade de Pelotas e hoje está espalhado por diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da representação de jovens incríveis que escolheram se organizar na busca de adiar o fim do mundo, para nós, os seres humanos, é claro. Tenho orgulho de cada um e cada uma que constrói esse grandioso movimento que possui um compromisso com a população gaúcha, compromisso com as comunidades que são mais impactadas pela crise climática, e que doa o seu esforço e o seu precioso tempo diariamente à luta pela nossa sobrevivência. Agradecemos imensamente o apoio e a homenagem realizada pelo mandato coletivo – pelo Ver. Giovanni: muito obrigada – que acontece em uma cidade que foi e segue sendo referência nacional da luta ambientalista e que foi berço de diversos fóruns e discussões sobre o clima, que hoje são replicadas em diversas regiões. É importante a gente lembrar e reforçar para todos que estão aqui, que, com certeza, viram diversas manchetes e, talvez, até sentiram o que foi o ano de 2023, um ano marcado pela resposta brutal que a natureza nos deu após décadas e décadas de exploração massiva dos recursos naturais finitos; de desmatamento; de invasão de terras indígenas; de queimadas ilegais; pelo mau uso do solo, com a utilização abundante de agrotóxicos e transgênicos; pela pesca predatória e ilegal; pela queima de combustíveis fósseis e, principalmente, pelo negacionismo climático. Sabíamos de tudo, tudo, tudo que ia acontecer em 2023. Os cientistas nos alertaram, lá em 1970, mas o mundo e os representantes políticos, inclusive muitos passaram aqui por esta Câmara, resolveram ignorar. Além de ignorar, também iniciaram uma manobra cruel de ridicularizar os ambientalistas, que até hoje insistem em nos

chamar de “ecochatos”; mas resistimos, somos a continuidade de gerações de ambientalistas que lutaram bravamente e que, muitas vezes, pagaram o custo de lutar por um planeta saudável com a sua vida, mas que hoje deixam a sua história, o seu legado, e são inspiração para uma onda gigantesca de jovens ao redor do mundo que diz “chega!”, que diz “basta de promessas vazias”, “basta de novos acordos que não são implementados”, “basta de maquiagem verde”, “basta de ver milhares de famílias perdendo as suas casas, os seus familiares, os seus pertences e não fazer nada”. E o ano de 2024 vai ser o mais importante da história de Porto Alegre, é quando vamos ter a oportunidade de escolher um novo prefeito ou uma nova prefeita e novos vereadores e vereadoras. Apesar de aqui existirem alguns poucos representantes gaúchos que se solidarizam quando algum evento climático extremo acontece e afeta a população, é preciso fazer mais, imediatamente. Esperamos que, no ano que vem, esta Câmara de vereadores e vereadoras esteja ocupada por representantes que possuam compromisso real com a justiça climática, e podem ter certeza que o nosso movimento fará de tudo para fazer isso acontecer. Quem nega a ciência do clima não deveria estar em nenhum espaço de poder; quem nega a ciência do clima nunca deveria ter passado por um espaço de poder. Como o relógio climático nos mostra, este número aqui em vermelho, a gente tem menos de cinco anos para limitar o aumento da temperatura da Terra, assim, a gente consegue evitar catástrofes ainda piores. Hoje, aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, pedimos que vocês, vereadores e vereadoras que estão aqui, também os que estão nos acompanhando *online*, ajam, e ajam imediatamente, de forma urgente, no combate à crise climática. Hoje em dia, já não existe mais o depois, o daqui a pouco ou o mais tarde, é tudo urgente.

Gostaríamos também de expressar nossa solidariedade às vítimas que perderam as suas vidas neste ano devido aos eventos climáticos extremos, às famílias e a todos que perderam as suas casas ou tiveram as suas vidas impactadas pela força brutal da natureza. Agradecemos aos movimentos, aos coletivos, às organizações, aos nossos familiares e amigos que nos apoiam, que nos dão força e acreditam no trabalho que realizamos. Viva o Eco Pelo Clima! Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabéns, nós que agradecemos. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico. Convido todos os que estão com o grupo para que entrem no plenário; convido os Srs. Vereadores e as Sras. Vereadoras para juntos, fazermos a foto oficial.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h40min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h45min.) Estão reabertos os trabalhos. Antes de passarmos ao primeiro inscrito do Grande Expediente, quero pedir uma salva de palmas ao nosso aniversariante do dia, o Ver. Jonas Reis, que hoje está completando mais um ano de vida. (Palmas.) Parabéns, Ver. Jonas Reis.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Obrigado. Ver. Sossmeier, colegas vereadoras e vereadores, neste momento do caos climático, eu quero fazer uma retrospectiva da história da nossa capital. Há controvérsias sobre o local onde chegaram os 60 casais açorianos. Há informações de que teriam chegado aqui, perto da ponte de pedra, ali o Arroio Dilúvio – também conhecido, na época, como riachinho – ia além da ponte de pedra, chegava, mais ou menos, um pouco além do Colégio Parobé, aqui, onde nós estamos; talvez, tenham aportado um pouco adiante, ali pela volta do Gasômetro. No momento em que os 60 casais açorianos chegaram, aqui – onde nós estamos hoje – era o lago Guaíba; e logo, a pergunta que não quer calar: afinal, foi o Guaíba que adentrou o território da capital gaúcha ou fomos nós que fomos tomando conta do lago Guaíba? O riacho chegava na Rua Washington Luiz, antiga Rua da Varzinha; no outro lado, chegava até a metade da primeira praça da cidade, conhecida hoje como Brigadeiro Sampaio. Se a Rua da Praia é ainda hoje conhecida com esse nome, ali na Andradas, é por que o Guaíba chegava além da Rua Sete de Setembro. E um dos primeiros ancoradouros da cidade, com registros, as embarcações chegavam na alfândega, na altura da Rua Sete de Setembro, portanto, havia condições de as embarcações chegarem até ali. Quem adentrou o Guaíba? Foi a população em geral? Não. Foram alguns governos. E alguns governos fizeram ações planejadas de entrar rio adentro. E esses territórios ganhos ao rio, ao lago, foram ocupados por prédios públicos inclusive. Portanto, as administrações públicas têm responsabilidade sobre isso. O porto de Porto Alegre é todo ele aterrado, portanto, toda a área da Av. Mauá, que a maioria hoje é privada, foi ganha do rio, isso tem que ser milimetricamente anotado. A região do Caminho Novo, da Av. Voluntários da Pátria, era à margem do rio. A Av. Sertório era um banhado, porque ali nós tínhamos a várzea do Gravataí, com trabalho escravo, com colocação de macadame foi aberta a Av. Sertório. Essas histórias são muito boas que as possamos contar aqui porque nós tivemos agora uma magnífica apresentação, no período das Comunicações, de seu grupo ambientalista, a que louvo incrivelmente por este trabalho, por tratar do clima, do caos climático que nós vivemos hoje. Não bastasse isso, qual a discussão que está em curso hoje na cidade? A ocupação do porto – eu faço questão de chamar de porto. O modismo que se impôs hoje é falar da orla, é à beira do Guaíba, e aí nós temos que discutir que edificações são aceitáveis. Hoje o que se quer com Porto Alegre é a edificação de arranha-céus – querem transformar isto aqui num Balneário Camboriú, numa Dubai. No anfiteatro, ali nos fundos foi colocado um grande cartaz em sua defesa. Por que demolir o anfiteatro? Ele incomoda? Está em péssimas condições? Olha, o anfiteatro não é tão velho assim, nós recuperaríamos em dois toques. Mas querem colocar torres ao lado do Internacional de modo ilegal, irregular. O nosso Plano Diretor não permite. É um direito à paisagem de quem mora morro acima, no Santa Teresa. “Ah, mas são muito ricos.” A questão é a seguinte: eles pagaram por aqueles

terrenos, e nós estamos num Estado capitalista, portanto eles têm direito. E qualquer pessoa que suba o morro, como nós subíamos o morro há 50 anos. Quando cheguei do interior à Porto Alegre, nós íamos no Belvedere Deputado Ruy Ramos. Alguém sabe onde é o Belvedere Deputado Ruy Ramos? É aquele lugar magnífico que fica ali perto das torres de televisão, hoje, inseguro. De lá, você tem um dos mais magníficos pôr do sol do mundo. Com qualquer edificação, muda a paisagem. Nós temos que discutir o direito à paisagem. É o tema, é a discussão que eu trago, e vou propor à Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação, CUTHAB, diligentemente dirigida pela Karen Santos, para que a gente discuta o espigão que querem colocar na Rua da Igreja, hoje chamada de Rua Duque de Caxias. As pessoas que estão na Duque têm direito à circulação. Se hoje já não se consegue caminhar nas calçadas da Duque, imaginem com essa edificação, carros entrando e saindo. Como ficam as pessoas que têm os seus apartamentos com um espigão na sua cara?

O Museu Júlio de Castilhos, a casa onde morou Júlio de Castilhos é um museu, único e importante museu histórico de Porto Alegre, querem colocar uma mega edificação ao lado do Museu Júlio de Castilhos, que vai detonar com o prédio, porque vai mexer nas suas estruturas, vai trazer umidade em excesso, vai trazer sombra em excesso. E nós, como vamos pensar em manter aquilo que esse museu conseguiu arrecadar ao longo dos anos? Sem falar no sombreamento da Catedral Metropolitana, não é a melhor arquitetura que eu acho que pudesse ter, porque o projeto original era muito mais bonito, mas é uma boa edificação. E o Palácio Piratini sombreado, toda região vai sofrer um impacto brutal desse arranha-céu.

Senhoras e senhores, é o momento de esta Casa do povo de Porto Alegre refletir sobre a cidade que queremos. Nós deixamos, no início da nossa formação, por 20 anos, os açorianos jogados ao deus-dará, como diz o glorioso e saudoso Sérgio da Costa Franco, às margens do Guaíba. Mas nós também temos uma bela história: no final do século XIX para o século XX, nós tivemos grandes e magníficas edificações, muitas delas pela lavra de Theodor Wiederspahn, como a Casa de Cultura Mário Quintana, o MARGS, o prédio dos Correios, como na Rua Andrade Neves, a Sociedade Espanhola, feita pelo Fernando Corona, como a Igreja São José ou mesmo a Associação Comercial de Porto Alegre – conhecida como prédio da Federasul, mas é da Associação –, feitas pelo Joseph Franz Lutzenberger. Grandes arquitetos, desenhistas, artistas de primeira grandeza fizeram essa Porto Alegre encantadora, como é encantador o Mercado Público, que é bom lembrar: não fosse o combativo jornalista Walter Galvani, o Telmo Thompson Flores, conhecido também nos meios jornalísticos como o TTFlowers, teria botado abaixo, como botou abaixo o Mercadão, colocou abaixo o prédio da Rede Ferroviária, colocou abaixo a 6ª PE, onde hoje é a praça Raul Pilla. Ele fez cinco ou seis viadutos, porque iam melhorar o transporte e a circulação na cidade, mas foi o seu sucessor, não engenheiro, foi o economista Guilherme Socias Villela que fez os corredores, que resolveu o problema da mobilidade em grande parte. Guilherme Socias Villela também fez os parques que hoje são destruídos: Marinha do Brasil e o nosso glorioso Harmonia, também o Mascarenhas de Moraes e, Ver.^a Mônica, o nosso glorioso Parcão. Criou também a Procempa, que nós

aqui sempre defendemos. Então, nós temos que analisar os prefeitos do passado. Eu falei de dois prefeitos impostos pelo regime militar, podia falar do Dib, que todos nós conhecemos aqui, que deu continuidade às obras do Villela e que foi, até a sua morte, defensor do DMAE público. Nem todos os dirigentes, nem todos os mandatários são iguais, alguns são autocráticos, ditatoriais, passam por cima da legislação. E, daqui a pouco, estaremos aqui todos discutindo o Plano Diretor Urbano e Ambiental de Porto Alegre. Deverá ser um plano de uma cidade para as pessoas, de uma cidade miscigenada e não uma cidade dividida, guetizada.

Eu dava uma entrevista a uma pesquisadora dos Estados Unidos sobre a segmentação sociocultural da cidade, lembrava a ela que nós tivemos, Ver.^a Mari, a colônia africana. A colônia africana é uma mancha que muita gente quer apagar. É inapagável; ela foi um gueto, para não dizer um campo de concentração. A Ilhota que incomodava o Célio Marques Fernandes. O pior prefeito da história de Porto Alegre: Célio Marques Fernandes, ele é tão desdenhado que não tem nenhuma avenida, nenhuma rua importante com seu nome, tem uma plaquinha horrível, apagada, na entrada do prédio da Prefeitura nova, o Edifício Intendente José Montauray, que diz: Esplanada Célio Marques Fernandes – de esplanada não tem nada, é a entrada do prédio, a mediocridade está ali anotada. Foi ele que pegou as pessoas a *manu militari* e tirou da Ilhota para jogar a 30 quilômetros, lá na Restinga. Hoje, nesta data, dia 27 de novembro, nos anais desta Casa, eu registro parte da história de Porto Alegre, suas vicissitudes, suas grandezas, mas também os seus erros inadmissíveis. E não seremos nós, essa geração que tem conhecimento, que tem ciência na mão, na cabeça e deveria ter amor no coração por sua cidade, a fazer bobagens. Eu faço este registro, agradeço a atenção das minhas colegas, dos meus colegas e da população. E nós divulgaremos nas redes sociais o que é Porto Alegre, o que foi Porto Alegre e o que nós queremos de Porto Alegre – uma cidade para as pessoas. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

Registro que o ex-Presidente Nelcir Tessaro está de aniversário hoje. Parabéns pelo seu aniversário, muitos anos de vida.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Todo final de tarde, nós observamos um grande congestionamento na Av. Castelo Branco, que é a principal saída da cidade, que leva até a *freeway*, a BR-116, a Canoas, a Alvorada, a Gravataí, a toda aquela região norte do nosso Estado, e que milhares de pessoas, por conta de uma desinteligência arquitetônica urbanística, acabam pagando o preço de perder tempo, horas, ali, aguardando para conseguirem cruzar aquele entroncamento, aquele gargalo de mobilidade. Mas, recentemente, me deslocando com meu monociclo pela região, fazendo a fiscalização com relação à questão das enchentes aqui na cidade, eu

percebi que é possível fazer uma pequena alteração de rota, de traçado, de modo a eliminar o gargalo e eliminar o semáforo da Av. Sertório com a Rua Voluntários da Pátria. O que acontece? Os veículos que estão vindo pela Av. Castelo Branco, que derivam para a Av. Sertório, hoje encontram o semáforo no cruzamento da Rua Voluntários da Pátria. O que acontece é que, durante o dia, quase não tem problema na mobilidade daquela região, porque os veículos que estão saindo de Porto Alegre pela Av. Castelo Branco acabam não ficando trancados por conta da quantidade de veículos. Mas, quando chega no final do dia, o número de veículos saindo da cidade por aquela região é tão alto que o acúmulo de veículos naquele semáforo da Av. Sertório é tão grande que eles acabam se projetando para a Av. Castelo Branco, fazendo obstáculos aos veículos que querem subir o viaduto e a ponte em direção a Guaíba e fazendo obstáculo aos veículos que querem seguir em direção à Arena do Grêmio, pegando *freeway* e BR-116. Para solucionar esse problema, vocês podem observar que existe uma derivação passando por baixo do viaduto da Rua Voluntários da Pátria, que faz a conexão do aeroporto pela Av. Farrapos, que se conecta à Rua Voluntários da Pátria, que nós temos costume de passar por ali. A questão é que essa derivação da Av. Sertório para a Rua Voluntários da Pátria gera um terceiro tempo no semáforo, e isso causa congestionamento tanto para quem está vindo pela Av. Castelo Branco, quanto para quem quer seguir pela própria Voluntários, quanto para quem quer sair da Sertório e adentrar na Voluntários. A solução para esse problema é muito simples: para eliminar o semáforo da Voluntários com a Sertório basta inverter o sentido daquela trincheira, daquela parte inferior à Rua Voluntários da Pátria e fazer um pequeno desvio por debaixo do viaduto das pessoas que estão vindo da Av. Castelo Branco. Então, o veículo vem pela Castelo Branco, sai à direita, obviamente vai encontrar o semáforo, fechando aquela via, pegando à esquerda e passando por debaixo do viaduto da Rua Voluntários é possível conectar a Av. Castelo Branco até a Av. Sertório no sentido centro/bairro, sem nenhum tipo de semáforo. Óbvio que outros fluxos serão afetados, e é óbvio que também a engenharia de tráfego vai poder desviar esses fluxos menores por dentro do bairro utilizando ali a Av. Frederico Dohl e também, se não me engano, a Rua Comendador Tavares, de modo a adequar esses deslocamentos. Então, uma pequena intervenção, que eu chuto que não custa nem sequer R\$ 20 mil para fazer a terraplanagem e a colocação de algum asfaltamento ali no local onde falei que vai ser feito o desvio, é possível resolver um grande gargalo de mobilidade na saída de Porto Alegre em direção à Zona Norte da cidade e também a cidades aqui ao norte do município de Porto Alegre. Então, eu já encaminhei um pedido de providências à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e à Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, pretendo vistoriar junto com os secretários de mobilidade e de obras. Eu acredito que uma solução simples, de baixo custo, assim como aconteceu, por exemplo, no retorno ali da Av. Severo Dullius para quem entra no aeroporto, vindo da Zona Norte, resolveu o problema daquela região. Essa solução é tão barata quanto e resolve tanto quanto a questão da Severo Dullius, a mobilidade de quem sai da cidade de Porto Alegre pela Av. Castelo Branco. Então fica como sugestão. Eu me preocupo com essas pautas de mobilidade, e o que nos proporcionou ter essa visão daquele gargalo e dessa solução foi

a possibilidade que eu faço de me deslocar diariamente com o meu monociclo. Espero que a cidade possa adotar essa solução, pois eu tenho certeza que vai ajudar muito a mobilidade da região.

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. João Bosco Vaz.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, já foi dado um comunicado, mas nós queremos dizer da satisfação de termos concluído, pela Escola Legislativa, todos os convênios que buscamos com os órgãos públicos onde também tem escola legislativa, desde o Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa, Tribunal Regional Eleitoral, Tribunal de Contas... Nós temos hoje uma rede de escolas, só no Rio Grande do Sul, 14 municípios já com escolas, e nós pretendemos dar um bom destaque à nossa escola enquanto estivermos na presidência. Amanhã iniciam cursos que vêm da faculdade do Senado, são cursos de profundo conhecimento pelos seus professores, seus instrutores, e que beneficiará mais de 50 pessoas entre funcionários da Casa, assessores, e a abertura vai acontecer no teatro da Casa. Então todos já foram convidados pela rede de vereadores e também aqui anunciado pelo nosso Presidente no início da plenária.

Eu quero aproveitar e agradecer ao Ver. Bosco, que cedeu o seu tempo em Comunicações para nós também tratarmos de um projeto, que é o Requerimento nº 213/23, uma moção. Eu não faço moção; até hoje, nesses três mandatos, devo ter apresentado no máximo umas três moções. Quando o caso requer e eu puder dar esse retorno, esse protesto de atitudes com as quais não concordo e que tenham relevância, eu apresento moção. Esta deve ser a minha terceira moção em três mandatos.

A moção é contra o Ver. Léo Mota, do município de Fazenda Vila Nova, no Rio Grande do Sul, que instigou maus-tratos aos animais numa fala infeliz, em que diz, sobre os animais do interior, que é normal dar voltinha, voltar para casa, andar pela rua, e incentivou o extermínio, como ele disse. Isso está em vídeo, gerou uma grande comoção de protestos também nas redes sociais. Ele diz que parabenizaria o vizinho que matasse algum dos seus quatro cães se estivessem incomodando. Falou que na casa de sua mãe tem quatro cachorros: “Se sair do pátio e incomodar o vizinho, pode matar”. Por que isso é tão revoltante? Primeiro, porque hoje o animal não é mais coisa, ele está protegido por leis ambientais e a Lei Sansão é a lei com maior penalidade, que dá reclusão para quem cometer esses atos de crueldade, e também porque as pessoas têm o animal como membro da família. Hoje nós temos essa outra avaliação sobre os animais.

Recordando, no início de 2000, nós tivemos um grande movimento da causa animal, em Porto Alegre, que foi justamente para combater o extermínio indiscriminado. Porque naquela época nós tínhamos veterinários que seguiam essa política de exterminar animais, mesmo não tendo problemas de saúde, para controlar a população. Aí a

Organização Mundial de Saúde, em 1992, pelos seus informes técnicos, chegou à conclusão de que é mais dispendioso para o poder público exterminar do que fazer o controle populacional pela esterilização. Em 2007, aprovamos um programa em Porto Alegre, aqui na Câmara, para combate ao extermínio, e agora não podemos aceitar que um vereador de uma cidade não muito distante faça esse discurso criminoso.

Então eu apresentei esta moção e conto com apoio dos vereadores para aprovar, para nós educarmos as pessoas e demonstrarmos o que é crime contra os animais ao incentivar a matança. Obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Presidente Cláudia Araújo, aos demais vereadores e ao público que está neste momento nos acompanhando. Venho usar esta tribuna em solidariedade ao Movimento Barcelona. Como todos sabem, há algum tempo, aqui nesta Casa foi votado e aprovado o projeto, quase por unanimidade, 34 vereadores, que prevê a venda do prédio da SMOV. No Movimento Barcelona tem mais de 250 famílias que lutam há mais de 20 anos por moradia. O movimento, que eu conheço, pois sou oriundo daquela região – moro há 48 anos na região Humaitá, Navegantes –, e agora, iria sair a venda da SMOV para poder fazer a construção desses imóveis, que vão ficar lá na minha região, na Av. José Aloísio Filho, vão ser meus vizinhos, e, infelizmente, através de uma ação, foi deferida a suspensão do leilão que iria ser realizado. Pois eu percebi, neste momento, que se colocou o prefeito Melo em primeiro lugar, porque é uma questão que o prefeito Melo quer vender aquele imóvel e que o prefeito Melo quer se beneficiar daquele imóvel. Só que através desta Casa, os vereadores votaram para não beneficiar o prefeito Melo e, sim, para beneficiar as mais de 250 famílias, Dona Lorimar. Nós conhecemos essa luta da senhora, de muitos anos, ali na praça. Não é, Ver. Pablo Melo? Infelizmente, a justiça tomou a decisão de suspender o leilão. Sinto-me muito envergonhado por saber o que estão fazendo com essas mais de 250 famílias, mas eu acredito que ainda nós vamos levar isso à justiça, porque essas famílias merecem respeito. Não são apenas essas 250 famílias, Ver. Ramiro Rosário. Acredito que aquelas famílias e tantas outras têm o mesmo direito, que possam servir de exemplo para outras moradias. Infelizmente, por uma questão política, pelo que eu percebi, não estão permitindo que essas mais de 250 famílias possam ter a sua moradia. Não são famílias que se inscreveram agora, há cinco, dez, vinte anos; há mais de 20 anos essas famílias estão inscritas e lutando, inclusive eu participei de várias reuniões enquanto eu era conselheiro tutelar ainda... Agora, infelizmente, vão ter o seu sonho não garantido. Mas acredito que Deus e a justiça farão com que esse sonho, principalmente da senhora, Dona Lorimar, que está nessa luta, que a senhora ainda em vida possa estar também se beneficiando com essa moradia pela qual a senhora luta há tantos anos. Esse é o meu desabafo. Registro a nossa solidariedade a essas famílias e também à Dona Lorimar, do Movimento Barcelona. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Alvoni Medina.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste aqui, ou pelas redes sociais; agradeço ao Ver. Alvoni pela cessão do tempo de Comunicações. Eu subo a esta tribuna para dizer que cada dia é um sete a um contra a moralidade, contra o estado de direito, contra tudo aquilo que eu e mais de uma centena de milhão, ou de milhões de pessoas, têm em relação ao nosso País. Não bastasse ter indicado o seu advogado pessoal para ministro da Suprema Corte, alguém que não tem notório saber jurídico, afinal de contas, ao que consta, nem mestrado possui, contrariando o seu próprio discurso em rede nacional no debate para Presidente da República, Luiz Inácio, não satisfeito em corromper a República Federativa do Brasil, repito, indicando seu próprio advogado para ministro da Suprema Corte, indicou, no dia de hoje, Flávio Dino, seu ministro político, que não tem um notório saber jurídico atestado, “ah mas ele era juiz...” Foi juiz por pouco tempo. Sempre foi político. Agora, então, Flávio Dino, que queria cassar a liberdade de expressão, Flávio Dino, da democracia relativa de Lula, está indicado para ministro. Esperamos que o Senado possa ser ativo e altivo e barrar essa indicação, barrar essa excrescência política que Lula quer fazer com o Brasil, colocando mais um apaniguado, mais um político, repito, rasgando, quebrando o que o próprio então candidato Lula disse no debate, enganando milhões de pessoas ao se apresentar como lobo em pele de ovelha. É um sete a um que nós sofremos a cada passo neste País. E falando em hipocrisia, em mentira, em lobo em pele de ovelhas, vazou, no fim de semana, o áudio do tal do “Danones”, do Janones, sei lá, o que o valha o nome desse cretino, dessa pessoa horrorosa, segunda mais votada em Minas Gerais. Se o que está no áudio for verdade, Janones não só merece ser cassado, como também merece sofrer processo criminal, porque o que ele fala no áudio, repito, em se comprovando, com o devido processo legal, nós temos em André Janones um dos maiores rachadores da República, alguém que faz rachadinha, e percorrendo os seus *posts* e tuítes anteriores, vemos Janones justamente criticando o lado Bolsonaro por supostas rachadinhas, até hoje não evidentemente comprovadas, e é ele sim, o próprio Janones, rachador. Ele pede dinheiro para pagar a conta de campanha; ele diz que vai dar mais salário para assessores poderem ajudá-lo nos seus compromissos pessoais – puro suco de PT, puro suco de governo da esquerda, que na rede social posta uma coisa, que no debate promete uma coisa, mas na hora de entregar, entrega amigos na Suprema Corte e rachadinha no próprio gabinete. Que seja cassado André Janones e que o Senado barre essa excrescência, que é a indicação de Flávio Dino para ministro do STF. Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado aos colegas que cantaram parabéns rapidamente. Hoje é meu aniversário, dia 27 de novembro, agradeço pelas felicitações. Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, vejam só quão interessante é a vida, que dá voltas, dá voltas e dá voltas; muita gente, quanto mais fala, mais se enrola. A história que a nossa cidade vive no último momento é uma história de vergonha, perplexidade. Pessoas nos mandam mensagens perguntando: “E aí, não vai acontecer nada? Cadê o Ministério Público?” A história do Pix. Pediram um Pix, Ver. Robaina, um Pix singelo, um Pix tranquilo, um Pix “de boas”, supostamente para ajudar; porém, como noticiou hoje o jornal Matinal, o Pix era para a conta de um assessor do prefeito Sebastião Melo. Vejam só, o grande problema não é esse, o grande problema é a história deste assessor... O Pix! Ahn, o Pix! A grande solução da cidade agora é o Pix. E o dinheiro que fica na Prefeitura não vira política pública. Aí, me dizem: “Pois é, as pessoas estavam precisando, elas precisam”. Faz muito tempo que elas precisam. Esse mesmo prefeito que diz que ajuda os mais pobres, foi ele que não fez nenhum programa decente, Ver. Adeli, para gerar emprego para as pessoas moradoras das ilhas; ele simplesmente tirou as pessoas que reciclavam lixo, das ruas, e não deu nada em troca. Hoje as pessoas não têm seus empregos nas ilhas; trabalhavam majoritariamente com reciclagem, continuam morando precariamente porque não houve um programa de habitação de interesse social que acompanhasse. Então, é um fato histórico que o prefeito não abraça, mas o Pix vai resolver. Ah, o Pix vai resolver. Se o Pix resolvesse mesmo, ah, este Brasil estaria tão bem.

Vou ler aqui para vocês uma matéria do dia 10 de março deste ano: “Prefeito Fábio Branco, de Rio Grande, do MDB – ah, o fatídico MDB! – deve ficar oito anos sem ocupar cargos públicos”. Condenado. Diz ele que vai recorrer, lá em março. Matéria do G1. MDB. O mesmo da cidade do Pix. “Prefeito e vice de Redentora têm mandatos cassados pela justiça eleitoral. No dia 17 de outubro do ano passado, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul cassou o prefeito Nilson Paulo Costa, do MDB”. Ah, o MDB. Esse é o MDB! “TSE cassa diplomas de prefeito e vice de Seberi (RS)”. “Tribunal Superior Eleitoral cassou, na sessão do dia 18 de junho deste ano de 2020, os diplomas do prefeito e do vice-prefeito de Seberi, Cleiton Bonadiman (MDB) e Marcelino Sobrinho (MDB). Eles foram acusados pelo Ministério Público Eleitoral (MPE) de receber grande recurso de campanha, em espécie e sem origem definida na eleição de 2016”. Parece que essa história de dinheiro para cá, dinheiro para lá, e agora tem o Pix, é uma nova alternativa, pois o Pix facilita a vida do cidadão; agora ele complica a vida política. Eu queria hoje estar aqui comemorando investimentos em políticas públicas.

O prefeito prometeu, em setembro, e não era Pix, que ia entregar R\$ 3 mil por família atingida pela enchente; não entregou. Ele não entregou os R\$ 3 mil e agora, no último período, ele pediu Pix e ainda veio fazer um vídeo dizendo que as pessoas não entendiam a necessidade. No vídeo em que ele pede, ele ainda fala em cafezinho. A última coisa em que as pessoas estão pensando é cafezinho. Elas querem arroz e feijão; comida. Elas querem emprego. Elas querem habitação de interesse social, e o Pix, Ver. Oliboni, era para o cafezinho. Cafezinho. E ele fala em iogurte também no vídeo; cafezinho e

iogurte. Agora, eu fico pensando, Porto Alegre está vivendo isso, o Pix do MDB, o Pix do prefeito. E o cidadão deve ser constado aqui também; o cidadão que recebia o Pix, nessa semana fatídica, foi condenado, segundo o jornal Matinal, por roubar vale-alimentação no Banrisul. Essa era a condenação, trânsito em julgado, que apareceu no jornal Matinal. Esse era o que recebia o Pix. Prefeito Melo, não tinha nenhuma outra pessoa para receber o Pix?

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume os trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Para concluir, vereador.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Olha, se botasse o Pix, de repente, até na conta de alguém aí da sua família, não sei, ficaria menos feio do que essa história do Pix do fulano de tal, condenado. Barbaridade! E o pior de tudo: o fulano de tal ainda ocupa um cargo na Prefeitura. Até quando ele vai ocupar esse cargo, tchê? Eu estou assim, sem crer, estou desnorreado aqui, peço até desculpas, estou desnorreado. Eu não entendo isso, estou esperando uma explicação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Hamilton; boa tarde aos que estão assistindo aqui, aos trabalhadores, aos bombeiros da Polícia Militar que estão aqui conosco. Hoje, nós temos a obrigação de aprovar uma moção de solidariedade às melhorias salariais básicas que esses trabalhadores necessitam receber. Eu quero usar este tempo de liderança pela oposição para tratar, basicamente, de dois temas. Primeiro, o Ver. Jonas se referia à reportagem do Matinal. O Jonas, líder do PT, está de aniversário hoje. Essa reportagem do Matinal, Ver. Jonas, surgiu a partir de uma denúncia que eu apresentei. Eu apresentei uma denúncia quando soube que o prefeito Melo havia utilizado um assessor para que esse assessor recebesse os recursos de uma campanha, segundo o prefeito Melo, interna entre assessores, entre secretários, para que esses secretários fizessem uma ação de solidariedade com as pessoas residentes na região das ilhas que tiveram tremendos prejuízos materiais, subjetivos, afetivos, nesses últimos dias com essa enchente que, pela segunda vez neste ano, castiga os moradores da região das ilhas. O próprio Matinal fez uma reportagem questionando se o prefeito poderia utilizar um assessor, e o prefeito veio a público, diz que vai dar explicações, que vai dizer para onde é que foram os recursos ou quem depositou nessa conta. Mas me chamou atenção, Presidente Hamilton, e foi isso que eu coloquei nas minhas redes sociais, o jornalismo muito competente do Matinal: averiguou e confirmou a veracidade da acusação, que essa sim eu considero mais grave, que é acusação de que esse assessor, o José Francisco Vieira de Moura, havia já, na condição de servidor público do Banrisul,

roubado centenas de vales-refeição, vendido no mercado, foi processado por isso, teve julgamento, trânsito em julgado, condenado a dois anos de prisão, pena substituída por pagamento de cesta básica; isso é uma condenação de 2010. E depois esse mesmo assessor entrou no governo Melo como chefe de gabinete do atual procurador-geral do Município, Dr. Roberto Rocha. Se eu fosse do teatro aqui, se eu fosse ficar usando a tribuna para fazer teatro, eu ia colocar um monte de vale-refeição, essas coisas que fazem aqui, às vezes tem essas... Eu não sou desse tipo porque eu acho que é preciso discutir as coisas de modo muito rigoroso, e quando nós temos um caso desses, eu acho que é uma obrigação do governo responder, porque é suspeito, é absurdo. Eu acho que é algo imoral, mas esse é um ponto da denúncia que eu fiz. O mais grave não é isso, esse é um assunto do qual eu cobrei explicações do governo. O prefeito Melo não deu explicação, o prefeito Melo foi para as redes sociais, logo depois que apareceu essa minha denúncia, falar que ele fez uma ação de solidariedade, mas não respondeu a essa minha denúncia concreta sobre o assessor que recebeu os recursos, não falou sobre esse assessor. Na verdade, deu uma resposta para se antecipar às repercussões desse problema que hoje o Matinal novamente repercutiu. Eu estou esperando a explicação do prefeito Melo, mas isso nem é o mais grave. O mais grave é que a Prefeitura de Porto Alegre ainda deve para a esmagadora maioria dos moradores da região das Ilhas e para outros moradores de Porto Alegre que foram vítimas dessa enchente. Nós, os vereadores e as vereadoras, no dia 28 de setembro, votamos uma ajuda emergencial de R\$ 3 mil – R\$ 3 mil! –, em função dos prejuízos da enchente de setembro; pois nós tivemos, depois, uma enchente ainda superior. As pessoas ainda estão sofrendo, e os R\$ 3 mil votados por unanimidade na Câmara de Vereadores ainda não chegaram aos moradores da região das Ilhas.

É uma vergonha isso e é uma vergonha que a Câmara de Vereadores não discuta esse assunto, não debata, não proteste, não tenha autonomia, não tenha a dignidade necessária para exigir do governo que pague o que deve, o que já é lei. Isso foi em 28 de setembro; nós estamos indo para dezembro. Isso foi sobre a enchente de setembro; nós já estamos em uma enchente nova em novembro.

Então, o que a Câmara vota agora, para inglês ver, são medidas emergenciais cujos beneficiados não veem a cor do dinheiro – supostamente seriam os beneficiados, porque até agora não receberam os R\$ 3 mil votados pela Câmara.

Então, Ver. Marcelo, eu sei que o senhor tem um conselheiro lá que trabalha muito, o Átila, mas nós temos que cobrar. Cadê os R\$ 3 mil do pessoal da região das Ilhas, Presidente Hamilton? Nós temos que cobrar, inclusive o senhor, como Presidente da Câmara; nós votamos! Agora vejam: o governo Melo diz, pessoal que é soldado, PM, os bombeiros que estão aqui, que é obrigado ter uma vistoria, quando nós não temos 50 trabalhadores da Defesa Civil. Cinquenta trabalhadores da Defesa Civil vão ter que fazer vistoria em todas as regiões, nas regiões das Ilhas, no Sarandí. Vão demorar um ano. Então, realmente, isso eu já falei para o líder do governo aqui na Câmara, não é possível que a Câmara dos Vereadores... Se eu não me engano, a Câmara de Vereadores, inclusive, destinou recursos para o governo pagar. São R\$ 20 milhões, Ver. João Bosco. Não é possível que o governo não pague o que deve. Para mim, isso é ainda mais grave do que

o prefeito fazer a vaquinha entre seus amigos para dar o recurso para um assessor que foi condenado por roubar vales-refeição, é imoral fazer isso; mas pior, nesse caso, são os trabalhadores e trabalhadoras das regiões das Ilhas sem receber o recurso que lhes é devido. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): A campanha eleitoral já começou; a eleição 2024 já está ocupando a tribuna, e eles fazem parecer que até atos de solidariedade são corrupção – deve ser porque eles estão acostumados com corrupção. Não falaram nada aqui na tribuna hoje sobre a rachadinha do Janones, que falou em áudio claramente que estava pegando parte do salário dos assessores para restituir o seu patrimônio gasto durante o período eleitoral. Parece que a régua moral da esquerda só vale para um lado e não vale para o outro. Aquele que foi o maior propagador de *fake news* da eleição de 2022 disse, textualmente, que inventou *fake news* contra o Bolsonaro, foi flagrado falando que pegava parte do salário dos assessores para restituir o próprio patrimônio. Isso não é rachadinha, isso não é corrupção para a esquerda porto-alegrense. Mas, agora, o prefeito, durante uma enchente, solicitar para os secretários doações para ajudar a acolher as pessoas que foram impactadas pela enchente, que foi R\$ 11 mil, divididos por 81 pessoas que doaram de maneira voluntária, que dá R\$ 135,00 por pessoa, que doou de maneira voluntária. Pena que o Melo não me pediu, porque eu doaria também, se tivesse me pedido, eu doaria. Agora, eles não fizeram nada para ajudar as pessoas impactadas pela enchente, mas estavam lá fazendo videozinho para o Instagram, estão agora criticando quem fez algo para acolher as pessoas que precisavam de um banheiro químico, de açúcar, café para poder passar algumas horas, até, de fato, a Prefeitura poder empenhar valores para gastar, para fazer o acolhimento. Mas disso eles não falam, fazem parecer que tem corrupção. É ridículo o que eles fazem parecer aqui na Câmara de Porto Alegre, porque já chegou o período eleitoral, e eles estão sedentos pelo poder. Aqueles que estão trabalhando são criticados por aquilo que eles fazem no governo federal. Sabem quem ainda não mandou dinheiro a Porto Alegre? Sabem quem não ajudou Porto Alegre? O Lula, que até agora não mandou R\$ 0,01 para o auxílio às pessoas que estão aguardando auxílio por parte do governo federal, para acolher as pessoas das ilhas, que até agora não foram acolhidas pelo governo federal, e o Município aprovou inclusive um *voucher* para compra de equipamentos, eletrodomésticos e móveis. Parece que a regra moral deles só vale para um lado e, quando se tratam de eleições, vale qualquer coisa para achincalhar quem está trabalhando. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Robaina, existem pessoas que são mau-caráter, existem outras que não têm caráter, eu não sei em qual que o senhor prefere ser classificado. Mas isso que o senhor fez, o videozinho que o senhor fez criticando uma vaquinha solidária de pessoas, de dinheiro particular, não igual o seu governo que faz com dinheiro público. O senhor critica desvio de vale-transporte e o seu governo, o seu presidente, foi preso, ele não pagou com alimento, cesta básica. O teu presidente, do qual tu és puxadinho – tu és puxadinho do Lula! Esse roubou, foi condenado, foi preso, ficou preso, desse o senhor não fala. Desse o senhor não fala, por quê? Porque é um absurdo. Agora o senhor gosta de falar da Ilha. Esses dias eu falei, Ver. Ramiro Rosário, das pessoas que receberam o valezinho de R\$ 3 mil e venderam por R\$ 1,5 mil. O Ver. Robaina ficou brabo com essa denúncia. Isso o senhor gosta, Ver. Robaina! De desvio o senhor gosta! E esse vale era de dinheiro público e não de dinheiro particular, igual foi a vaquinha que todos gostariam de ter doado. O senhor não doou um real para aquele pessoal da Ilha, não deu um real e não vai dar, porque não é do seu feitio ajudar ninguém. O senhor gosta de macular imagem de pessoas, o senhor é um urubu, carniceiro das pessoas de bem, da reputação. O senhor vive da carniça das reputações que o senhor gosta de apodrecer. Isso não se faz, Ver. Robaina. Depois o senhor veio aqui na tribuna tentar melhorar, tentar “não, o outro é mais grave”. Não, é muito grave, sim, aqueles que recebem R\$ 3 mil e vendem por R\$ 1,5 mil. E o senhor apoia essa gente. O senhor devia cuidar... E não se pode, Ver. Robaina, advogar em causa própria, como o senhor faz lá na ilha, defendendo a família. Eu acho que tem que defender, mas com o seu dinheiro. Então, tem que ter muito cuidado, tem que ter muito cuidado quando se acusa alguém, porque...

(Aparte antirregimental do Ver. Roberto Robaina.)

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Se eu pudesse, eu lhe daria um aparte, mas não dá, é Comunicação de Líder, vereador. Mas, se o Presidente topar, um minuto, eu topo, quebrando o protocolo. Como é? Não pode? Não pode. Então, infelizmente, vereador. Então, eu acho que não dá, Ver. Robaina. Nós temos que cuidar o que nós falamos. Eu não estou preocupado com o que disse o jornal Matinal, porque ninguém está preocupado. O senhor fala para 500 pessoas, o prefeito Melo falou para 80 mil pessoas, quando falou sobre o assunto e foi aplaudido. Então, cuidado! Cuidado! Quando a gente fala da reputação de pessoas tem que ter cuidado, e eu tenho. Eu não sou irresponsável, como o senhor, para fazer nome de pessoas aqui na tribuna e nem nos *cards*. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Olha, Presidente Hamilton, quando eu uso a palavra, eu costumo usar a palavra com respeito, porque eu acho que as

peessoas merecem ser respeitadas, mas esse líder do governo não tem é vergonha na cara. O senhor vai chamar de urubu sem caráter os seus amigos com quem o senhor governa. O senhor vai respeitar a oposição, porque o senhor tem que explicar como que até agora não entregaram os recursos que a Câmara de Vereadores votou. E aí vem fazer vaquinha? O prefeito Melo tem que governar, não é... Governar e cumprir a lei, cumprir a lei, porque nós estamos...

(Aparte antirregimental do Ver. Idenir Cecchim.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Idenir Cecchim, o senhor é um presidente de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que tenta sabotar o tempo inteiro a investigação. Nesta semana, nós vamos ter um relatório que vai mostrar que teve cartel na Secretaria Municipal de Educação! Cartel na Secretaria Municipal de Educação! Houve desvio não de vale-refeição, mas desvio de milhões de recursos públicos que foram para a Secretaria de Educação. A sua atitude na CPI, o tempo inteiro, tentando sabotar, tentando atacar a Presidente da CPI. É uma vergonha para a Câmara de Vereadores, o tempo inteiro o senhor tenta sabotar a investigação. O senhor tem medo de investigação! O senhor tem medo de investigação! E o que eu faço? Eu vou lhe dizer uma coisa, Idenir Cecchim: nós não temos medo de vocês. Nós sabemos que vocês estão desenvolvendo um governo antipopular, nós sabemos que na Secretaria de Educação teve desvio de recursos, nós sabemos que a região das Ilhas já deveria estar recebendo R\$ 3 mil e não recebeu R\$ 0,01! Os trabalhadores e as trabalhadoras que assistem à TVCâmara têm que saber. É uma batalha, efetivamente. Nós não vamos desistir de construir um projeto político que combata um tipo de governo que só pensa nos interesses dos muito ricos, que quando tem uma enchente que atinge milhares de pessoas faz simplesmente propaganda, chama a Câmara de modo emergencial. Vejam só: nós votamos, Pedro Ruas, no dia 28, Mari Pimentel, acho que foi unânime, todos os vereadores votaram e aprovaram R\$ 3 mil para todos os moradores atingidos pela enchente de setembro. Nós estamos em dezembro e o governo não pagou. Essa é a vergonha! Então, quando nós denunciemos, nós denunciemos em cima de fatos. Nós não vamos fazer confusão, gritaria, não; nós denunciemos em cima de fatos. Esse governo infelizmente é um governo que tem administrado a serviço dos poderosos, dos ricos, e, do ponto de vista da classe trabalhadora, é só ataque, nós vimos isso. Nós vemos isso o tempo inteiro na área da Saúde, nós vimos como o governo Melo começou. O governo Melo começou atacando os trabalhadores e demitindo milhares de trabalhadores do IMESF. Nós vimos o que o governo Melo fez na Carris, privatizando a Carris e perseguindo os ativistas, os trabalhadores, os grevistas. Essa é a natureza do governo. Então nós reafirmamos as nossas denúncias, nós reafirmamos a exigência de que a Câmara de Vereadores deve cobrar o que votou. Não é possível que nós tenhamos uma Câmara dos Vereadores que vote um projeto e a legislação não seja cumprida – essa é uma questão básica. E nós reivindicamos que o Presidente Hamilton comande essa operação para que a região das

Ilhas e todos os atingidos pela enchente vejam seus recursos sendo pagos, coisa que até agora não ocorreu! Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier. Colegas vereadoras e vereadores que estão presentes nesta sessão, público que nos assiste, em especial a minha Brigada Militar que está aqui presente, que bom vê-los aqui, neste momento, sejam bem-vindos; público que está nos assistindo também pela TVCâmara; eu venho falar de duas pautas hoje aqui, a primeira é sobre educação e a segunda é sobre segurança. Quero agradecer à líder dos progressistas por ceder este espaço de liderança.

Sobre educação, eu quero falar sobre violação dos direitos, que é o que nós assistimos nesse último final de semana. No final de semana, nós tivemos o vestibular da UFRGS, em que um aluno, um estudante PCD, um estudante tetraplégico teve os seus direitos violados. Pedro Felipe Paulino Rosinha, um menino de 17 anos que fazia o seu primeiro vestibular, cadeirante, tetraplégico, simplesmente, ao chegar ao colégio, toda a coordenação do vestibular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – não sabia que o aluno era especial e que precisava ali de alguns instrumentos para poder fazer a prova. Isso é uma vergonha! Uma vergonha, a partir do momento em que esse aluno, que esse estudante foi colocado de lado no local, ainda dizendo que iam ver o que iriam fazer com ele. E o pior: ele foi proibido de revisar a sua redação, pois, ao identificar erros na transcrição, o coordenador o proibiu de fazer a revisão da redação, que estava errada por conta daquele que estava transcrevendo a sua redação. Isso é um absurdo! E assim como Pedro Felipe Paulino Rosinha, há denúncias de outros tantos estudantes PCDs que foram traumatizados, crianças, meninos chorando, crianças de 17 anos, eu digo que são adolescentes, mas são jovens que ficaram até às 21h30min sem poderem ir ao banheiro, porque o banheiro não tinha acessibilidade, de estudantes que foram proibidos de comer e beber porque eram estudantes PCD. Se realmente existe a tentativa de inclusão, que ela seja verdadeira, e o que nós vimos no vestibular da UFRGS, universidade federal mantida pelo governo, aliás pelo desgoverno Lula, é uma falta de respeito para com essas pessoas.

E, falando em educação, a justiça confirma a suspensão das escolas cívico-militares no Estado do Rio Grande do Sul. Uma ação é promovida, vejam só, pelo 39º Núcleo do CPERS, que tem como a sua diretora-geral uma presidente que já foi várias vezes candidata pelo PSOL, que diz simplesmente que não precisamos de militares, precisamos de acolhimento nas escolas cívico- militares. Uma vergonha! Por certo é uma pessoa que não conhece uma escola cívico-militar que faz um pedido desses, é tirar o sonho daquelas crianças, pais e mães que desejam colocar os seus filhos numa escola cívico-militar. Essa gente é aquela gente que diz assim: “Eu não gosto de carne, então tu também não podes comer.” É uma vergonha! Hipocrisia total. E ainda tenho o desprazer

de ver uma magistrada que diz que a escola cívico-militar extrapola os limites sobre a gestão democrática do ensino público. Ora, por certo não conhece uma escola cívico-militar, não conhece a necessidade que os pais têm de colocarem, sim, seus filhos em escolas cívico-militares, que é um modelo, dentre tantos outros que existem. E a pessoa que não quer, não precisa colocar o seu filho lá; e as que querem, assim os colocuem.

Bueno, falado isso, eu quero aqui falar sobre segurança pública e quero aqui me solidarizar com os amigos, com os colegas da Polícia Civil. Sabem por quê? Porque o pai dos pobres, aquele, o do “L”, simplesmente acabou com a integralidade da aposentadoria dos policiais civis. Eu quero ver os deputados estaduais que são da Polícia Civil agora se manifestarem, principalmente o deputado estadual do PT, Leonel Radde, que é policial civil, falarem o quê sobre o seu desgoverno? O Lula simplesmente termina com a integralidade da aposentadoria da Polícia Civil, e isso é uma vergonha! É uma vergonha por certo, é um desgoverno que não gosta de polícia, já mostrou que não gosta de militar. Para concluir, Presidente, agora o Lula demonstra em atos, está aqui assinado o seu decreto, que ele também não gosta da Polícia Civil. Eu gostaria de ver os caros, os nobres vereadores do PT, do PSOL, do PCdoB, que apoiam esse desgoverno darem a justificativa para que a integralidade dos colegas policiais civis esteja terminada a partir dessa assinatura do pai dos pobres. Minha solidariedade à Polícia Civil, é uma vergonha isso! Com certeza, policiais militares e civis têm que ter o direito à integralidade da sua aposentadoria, pois são eles que morrem pelo povo gaúcho. Muito obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Eu quero registrar que amanhã nós teremos a Abertura Musical das Oficinas de Licitações e Contratos da Interlegis, com a participação da pianista Connie Stephan, a realizar-se às 9 horas, no Teatro Glênio Peres aqui da Câmara Municipal.

Aos vereadores que estão me perguntando o horário da Sessão Solene que dará o Título de Cidadão de Porto Alegre ao jogador Luis Alberto Suárez, informo que será amanhã, às 14h30min.

A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Muito obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier, público que nos acompanha aqui nas galerias, vereadores e o público da TVCâmara. Aqui, vereadores, eu vou denunciar não o Pix do prefeito, não a situação que, no mínimo, mostra uma dificuldade de entender o público e o privado, de ter uma gestão realmente pública da Prefeitura de entender onde vai o limite do que é o meu e o do que é a ação da Prefeitura, e não contra ações de solidariedade. E uma coisa o Ver. Roberto Robaina esqueceu: lembram quem é que doou para o Pix dos Lobóticos irem para os Estados Unidos? O Sr. Jajá, R\$ 10 mil, que integrou o cartel de R\$ 48 milhões da CPI da educação. Parece-me que o Pix da Prefeitura, quando motivada para incentivar algumas ações, que parecem ser solidárias, são utilizadas de outra maneira, por isso que devemos estar atentos.

Mas, aqui, vereadores, eu gostaria de denunciar, e tem o Ver. Pedro Ruas aqui também, que, de alguma maneira, essa Prefeitura não está deixando que as doações cheguem na população, porque eu fui levar oito berçinhos para crianças pequenas, recém-nascidas, nos nossos abrigos, e o que nós temos são áudios de mães, Ver. Pedro Ruas, informando que a Luciane, aquela que foi apresentada aqui com a Ver.^a Cláudia, assessora do prefeito, candidata à vereadora pelo MDB, está dizendo que eu estou comprando votos dessas mães que estão recebendo essas doações, dizendo que não podem receber doações minhas nos abrigos de Porto Alegre. Olha só, a Prefeitura que abre o Pix de um assessor, no mínimo, nebuloso, é quem não deixa que os vereadores entreguem oito berços para mães de bebês, sendo que alguns chegam a ter seis dias de vida. Olha o tamanho de selecionar a solidariedade, Ver. Pablo Melo. Quando me perguntam sobre essa batalha ideológica que foi travada em cima das ilhas, mostra o que aconteceu, foi um movimento anterior do prefeito de dizer que só ele pode chegar até a população. E, quando nós tentamos romper essa barreira e chegamos junto à população, a reação é de dizer que nós estamos buscando votos, comprando votos. É um vídeo que traz aqui a primeira-dama, que me atacou, por orientação da Prefeitura, nas redes sociais, e orientou a base da Prefeitura, os CCs, a me ataquem nas redes sociais dizendo que não precisava de nada nos abrigos, mas, horas depois, o prefeito abre um Pix do seu assessor. A narrativa não fecha. O que mostra é que há, de alguma maneira, esse coronelismo que acontece atualmente em cima de uma situação de cabresto, em que a população não pode ter ajuda de vereadores, que os vereadores não podem entrar nos abrigos e que tudo é dominado por essa turma, e eu diria turma, no mínimo, porque me parece que é uma ação de turma, porque não tem gestão, porque as águas das ilhas estão voltando a encher, as famílias vão e voltam, e onde está a gestão para ter realmente uma dignidade para essas famílias? Para onde elas vão? Já faz uma semana, lembram que segunda-feira passada eu vim aqui e falei que essas pessoas não poderiam viver 20, 30 dias em abrigos? Elas já estão há uma semana! A grande questão é: qual é o plano de uma prefeitura que tem gestão para entregar dignidade para a população, em vez de estar bloqueando atos de solidariedade dos vereadores que tentam ajudar?

Então, formalizando, eu estarei entrando na justiça contra essa ex-assessora do Ver. Idenir Cecchim, assessora da Prefeitura de Porto Alegre, filiada ao MDB, que está dizendo que eu estou indo aos abrigos solicitando e comprando votos em troca de berços – nós estamos entrando na justiça. Gostaria, realmente, que a partir de agora a Prefeitura se preocupasse em colocar gestão e dar dignidade para a população, e não ficar usando seu aparelho estatal para atacar vereadores. Não faz o seu trabalho, que deveria estar sendo feito, e não ficar com essa briga política, com a qual eles mesmos anteciparam as eleições aqui em Porto Alegre.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Pedro Ruas?

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Só um registro, Presidente. Nessa última quinta-feira pela manhã, eu estava junto com a Ver.^a Mari Pimentel quando os servidores

das três áreas onde acolhiam os ilhéus disseram que não precisavam de nada. Estávamos juntos. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro, nosso decano Ver. Pedro Ruas.

A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Boa tarde, vereadores e vereadoras; boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier; público que nos assiste; é importante que a gente convide sempre a assistir mais, e que essas galerias estejam sempre lotadas para ver o que se passa na chamada Casa do Povo. Aqui, os representantes, as representantes eleitas no nosso Município, que deveriam estar centrados nos problemas que atingem de verdade o nosso povo, acabam usando esta tribuna para fazer juízo de valor de quem tem ou não tem caráter. Eu subo aqui para falar do sentimento de tristeza, profunda tristeza, e eu convido a todos e todas a assistirem a esse vídeo.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Foi com muita tristeza que nós vimos a morte de uma criança de oito anos de idade, uma criança autista, que morreu afogada – afogada! Morreu, na sexta-feira, dia 24, o menino Antônio, que teve a sua vida ceifada. A criança caiu no riacho que estava transbordando, e aqui, gente, eu não estou falando das enchentes, da calamidade, de toda situação climática que deve ser tema desta Casa.

O que nós, enquanto Casa Legislativa, vamos apresentar para a cidade? Que prevenção? Que medidas vamos tomar? O local é o bairro Aparício Borges, lá na Glória, a antiga Chácara das Bananeiras. Os moradores daquela região solicitaram a limpeza do valão há mais de um ano, com documentos registrados solicitando, vídeos foram enviados para a Prefeitura, para o DMAE, várias solicitações foram feitas, e todas ignoradas. Uma tragédia anunciada! Isso aqui não é calamidade, gente, é uma tragédia anunciada! Há mais de um ano pedindo providências! O senhor prefeito foi até o velório prestar solidariedade à família. Mas que solidariedade?! Esse povo exige da Prefeitura, exige do Executivo! Há mais de um ano, solicitando a limpeza desse córrego, alertando que poderia ali acontecer uma tragédia. Precisou acontecer essa tragédia: uma criança autista de oito anos teve a sua vida interrompida! É sobre isso que nós precisamos falar. Não é vir aqui julgar o caráter deste ou daquele, mas tomar providências, exigir providências e fazer escolhas daquilo que, de verdade, o povo clama e espera dos governantes e de cada um de nós. Vir aqui dizer o quanto foi anunciado de valores da Prefeitura, do Estado e do governo federal. Todos anunciaram medidas! O governo federal anunciou mais de 12 medidas e disponibilizou muito recurso para o Rio Grande do Sul, inclusive para Porto Alegre, totalizando mais de R\$ 60 milhões ao Rio Grande do Sul. O BNDES já está disponível para as pessoas acessarem recursos individuais destinados aos municípios, a fim de

repassar os R\$ 800,00 por pessoa. Portanto, não é possível que a gente use esta tribuna, use este espaço privilegiado que nós temos para fazer eco aos problemas da nossa cidade. Não é possível que a gente fique perdendo tempo em julgamentos, em pré-julgamentos, de como esse ou aquele se orienta. Aqui, temos ideologias diferentes, temos visões de mundo diferentes, e eu respeito essas escolhas. Afinal de contas, sim, tem um prefeito eleito e ele fez escolhas. As escolhas que o senhor prefeito está fazendo certamente não visam a atingir a quem mais precisa. Nós precisamos que o prefeito não só vá a velório, mas que ele evite – evite! – a morte de pessoas tão prematuramente nos deixando por falta de uma medida preventiva naquele córrego. É isso que nos traz aqui, é isso que nos move. É isso, Giovani, querido vereador, meu colega de bancada, meu camarada, que nos move, é isso que nos entristece. Não é possível mais nós estarmos nesta Casa discutindo aquilo que não tem incidência na vida do nosso povo. Para concluir, Presidente, mas isso está trancado na garganta, isso está aflorando no peito daquela mãe lá no Aparício Borges. E eu aqui faço desse microfone o megafone para que a cidade de Porto Alegre saiba, aqui, mesmo que sejamos poucos, tem quem defenda o povo de Porto Alegre e não venha para cá fazer proselitismo sobre a vida das pessoas. Muito obrigada.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda n° 02, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, ao PLL n° 071/14.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda n° 02 ao PLL n° 071/14 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth, solicitando a retirada de tramitação da Emenda n° 01 ao PLL n° 342/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Pablo Melo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, população que nos acompanha nas galerias, nas redes sociais e televisão; em primeiro lugar, contra a falsa informação a verdade. Mais de 80 famílias já receberam uma parcela dos R\$ 700,00 no Estadia Solidária; 240 famílias com cartão de R\$ 3 mil já receberam, já estão com cartão; outras 400 serão entregues nesta semana que está começando hoje; mais 305 cartões foram entregues, também desse auxílio de estadia solidária. Enfim, o projeto que foi aprovado aqui na Câmara de Vereadores, eu tenho os dados e posso disponibilizar no grupo dos vereadores aqui da Câmara para que estejam melhor informados no momento em que vierem até a tribuna atacar o governo. Com certeza, a gente quer a maior celeridade possível para a entrega desses recursos, para recuperar a vida e a dignidade dessas pessoas que foram tão afetadas durante as enchentes aqui em Porto Alegre.

Mas eu quero dizer, líder do governo, escutando todas essas falas aqui, que a montanha pariu um rato no final, o que aqui está sendo discutido é se o prefeito de Porto Alegre abriu um grupo para uma vaquinha para ajudar as pessoas que sofreram durante as enchentes. Esse é o crime que está sendo imputado, por parte da oposição, ao prefeito, aos secretários municipais. Olha a que absurdo nós chegamos. Como bem disse o Ver. Jessé Sangalli, é um crime de abuso de excesso de solidariedade que o prefeito Melo e o vice-prefeito Ricardo Gomes, que também assina aquele pedido de vaquinha, estão cometendo. É o crime de solidariedade – obviamente há uma ironia aqui. Qual o problema... Olha, eu não tinha tido a ideia de fazer um Pix, eu até inclusive quero usar a tribuna da Câmara, Presidente Sossmeier, para agradecer aos meus amigos mercadeiros, aos meus amigos donos de mercado lá da Zona Sul de Porto Alegre, Ver. Janta, porque na primeira enchente eu liguei para eles, e eles ajudaram – teus amigos mercadeiros também, Janta. Eu liguei para eles, e eles mandaram café da manhã, almoço, para as pessoas que ficaram abrigadas na Igreja Nossa Senhora da Boa viagem, enquanto a Ver.^a Mari Pimentel estava na Avenida Champs-Élysées, tomando Dom Pérignon e Veuve Clicquot, e as pessoas debaixo d'água... Eu até acho muito importante, eu acho que a Ver.^a Mari Pimentel está pensando com os berços aquele momento em que se refestelava no melhor da Europa.

Mas enfim, quero dizer também ao prefeito Melo e ao vice-prefeito Ricardo Gomes, que eu sei que pela humildade de vocês, pela dignidade, por uma história de ficha-limpa, vocês têm que ir à rede social dar uma explicação, porque, de fato, houve uma certa repercussão sobre o assunto; mas, prefeito Melo e vice-prefeito Ricardo, atenham-se aos órgãos de controle, os senhores fizeram um Pix solidário para tentar ajudar. Aqui, à Câmara de Vereadores, os senhores não precisam explicar isso, se vocês tiverem que explicar alguma coisa, expliquem aos órgãos de controle. Os ratos que habitam o esgoto da política aqui na Câmara, deixa que a gente toma conta deles, porque esses mesmos vereadores que fazem a crítica são aqueles que não têm nenhum projeto para ajudar a nossa cidade. Eu desafio, eu tenho agora um projeto que vai entrar, que cria o Programa Mais Habitação – Compra Compartilhada, para ajudar as pessoas acessarem o recurso do DEMHAB para adquirir o seu imóvel. Então, acho muito importante, prefeito Melo e vice-prefeito Ricardo, os senhores irem às redes sociais, mas não se preocupem com esses ratos do esgoto político aqui da Câmara de Vereadores, a gente dá conta do recado.

Então, meus amigos, prefeito Melo, vice-prefeito Ricardo, parabéns pelo excesso de solidariedade e o excesso de carinho para com a população porto-alegrense. Nós estamos juntos; na próxima vez, gostei da ideia, Ver. Cecchim, vamos nós abrir um Pix solidário, vamos botar um assessor nosso para ajudar aqueles que mais precisam, porque aqueles que só atrapalham, a gente já sabe quem são, e a população de Porto Alegre sabe. Aliás, estou torcendo para muitos deles concorrerem a prefeito no ano que vem, esses que acham que tem tamanho e tudo mais; daí, a população de Porto Alegre já faz o trabalho o ano que vem, deixa esta Câmara e a Prefeitura melhor ainda. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, público que nos assiste nas galerias, através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara e pelas redes sociais. Eu quero falar de algumas coisas aqui; primeiro, dizer que, quando a pessoa é condenada e cumpre uma pena, ela zerou a sua vida com a sociedade, é uma pessoa que fez um erro e pagou por ele, porque senão nós tínhamos que questionar como que dois líderes do governo Lula foram presos, um com dinheiro na cueca e outro com dinheiro na mala, e hoje estão sendo líderes do governo: o José Genoíno e o José Guimarães. Eles cumpriram a sua sentença, cumpriram, e nem por isso nós os estamos condenando. Então, se a pessoa cometeu um erro e pagou por esse erro, isso não justifica. Nós temos agora mesmo, Ver. Robaina, uma ex-deputada do PSOL que levou a chefe do tráfico do Amazonas e botou o ministro Dino em uma saia-justa. Foi ela que levou; ela que levou. Ela que convidou a mulher para ir ao Amazonas. Então, eu quero dizer também aqui que o programa que nós aprovamos, o projeto contra as enchentes e a favor dos mais necessitados está sendo cumprido pelo governo. Já foram entregues vários cartões. Tem pessoas que compraram bens e perderam de novo. Hoje, o governo discute como refazer isso. Então, o governo está fazendo seu papel, agora não chegou nada aqui, nada. É tudo anunciado, mas nada chegou. Não chegou nada ainda da União! Nada, nada, nada, nada, nada! É só anúncio, anúncio, anúncio; chegou a hora de ir ao banco pegar o dinheiro ou pegar o recurso e não chegou nada. E nem chegou do Estado, que é a outra parte que eu quero falar.

Até eu subir aqui em cima, o impostômetro já tinha registrado R\$ 2 trilhões e deu uma crescidinha nos bilhões, passou para R\$ 742,325 bilhões. Até eu subir aqui, até eu vir aqui para cima. Agora está rolando. Quando eu terminar de falar, Ver. Cecchim, vai dar R\$ 22 milhões ou R\$ 23 milhões; quando eu terminar de falar. Nós temos, e esta Casa tem que discutir isso, eu proponho a todos os líderes nós fazermos uma moção de repúdio, seja lá do que for, à proposta do governo do Estado de aumentar o imposto no Rio Grande do Sul – 19,5%! O governo está arrecadando como nunca arrecadou – 19,5%! E falo que está arrecadando como nunca arrecadou, porque hoje fui a duas lancherias no nosso Mercado Público, Cassiá. Fui de manhã, tomei café em uma lancheria e paguei com cartão

de débito. O cara descontou lá os R\$ 9,00; quando me deu, veio uma nota. Eu disse: “Não, eu não quero a nota”; e ele respondeu: “Não, não, mas agora vem a nota”. Fui almoçar, a mesma coisa, paguei R\$ 35,00 lá do meu almoço; quando vi, a nota. O que o governo do Estado fez? Anexou, Ver. José Freitas, através da receita do Estado, e todas as máquinas de cartão de débito e de crédito agora dão nota na hora. É o governo que mais arrecada, e aí quer aumentar o ICMS para 19,5%. Nós estamos baixando vários impostos para as empresas ficarem aqui, vários impostos. Nós vimos, e não precisa ninguém nos falar, a gente vê *in loco*, é só atravessar o Mampituba, a gente vê a diferença entre Santa Catarina e o Rio Grande do Sul no desenvolvimento social e econômico. A

gente vê, é só atravessar a ponte, a gente vê. E agora nós queremos aumentar o ICMS para 19,5%. Aí eu vou acreditar que nós estamos naquele negócio de torcida: “Ah, o meu time tem que perder para o time do outro se dar mal”. O governador Eduardo Leite estava lá em Brasília defendendo esse projeto; enquanto o prefeito Melo e outros prefeitos estavam contra esse projeto, que foi aprovado no Congresso Nacional, da nova reforma tributária, que tira recurso dos grandes estados e, principalmente, das grandes cidades. O governador estava lá dizendo que tinha que aprovar. E aí, agora, vem com um pacote de 19,5% de ICMS para o povo de Porto Alegre. Isso vai atingir toda a cadeia produtiva, isso vai para os combustíveis; do combustível, vai para o transporte; do transporte, vai para a colheitadeira, e vai chegar na nossa mesa – vai chegar na nossa mesa! Então esse aumento quem vai pagar, novamente, é o povo, que já pagou e está pagando em torno de R\$ 2.742,4 trilhões – já foi, é rápido. Eu convido todos a seguirem o Impostômetro, aí vocês vão ver que o negócio é terrível – é terrível demais! Isso é o que paga o povo brasileiro.

Então, eu volto a falar o que eu já tenho dito várias vezes nesta tribuna. Nós temos que deixar um pouco de lado o maragato e o chimango; nós temos que deixar um pouco de lado a extrema esquerda e a extrema direita; nós temos que deixar um pouco de lado o Gre-Nal para nos preocuparmos com as coisas concretas do dia a dia. O aumento do ICMS para 19,5% é algo concreto na direita e na direita e na esquerda, nos gremistas e nos colorados, nos maragatos e nos chimangos, é algo concreto para todos, porque é na nossa luz, na nossa água, no nosso transporte, na nossa alimentação que vai terminar esse aumento! Seria isso, Sr. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Obrigado, Presidente. Em primeiro lugar, gostaria de saudar os colegas e rebater algumas coisas que foram ditas. Em primeiro lugar, quero discordar respeitosamente do Ver. Claudio Janta. O governador Eduardo Leite vem falando sobre a reposição e a sua responsabilidade sobre o futuro do Estado, e compartilhando com a Casa Legislativa. Ele não quer e não será acusado de omissão no futuro. A média da arrecadação... Nós queremos receber os recursos federais, e lá nos anos de 2033 até 2078, vai ser baseado pela média da nossa contribuição. Ele poderia fazer um discurso populista, não fazer nada, não enfrentar essa situação, como um grande número de políticos fazem, pensando apenas em simpatia popular, e deixar o “pepino” para o futuro, para outros governantes, mas dividir a responsabilidade com os deputados estaduais e eles fazerem esse debate é algo a ser elogiado, tanto o governador Eduardo Leite, quanto o vice-governador Gabriel Souza. Enfim, é importante que a gente estude melhor o projeto. A reposição do ICMS, não colocando combustíveis, não colocando... Só para se ter uma ideia, dos orçamentos domésticos, apenas até menos de 24% de alguns itens que vão ter 1%, 2% se a gente for enfrentar essa proposta item a item. E, sem sombra de dúvida, quando se cobra o R\$ 1

bilhão, que tem que se investir na saúde para a contratação de 4 mil novos servidores, quando se fala na reposição de recursos que o SUS não comporta nos hospitais da Grande Porto Alegre, se fala em R\$ 0,5 bilhão. Tudo isso tem que ser pensado, de onde que virá esse recurso? Não é uma tarefa fácil.

Por fim, quero responder à Ver.^a Biga Pereira, do PCdoB, que eu lamento muito que a vida de um menino vire disputa eleitoral e que vire pauta da forma como está sendo colocada na tribuna da Câmara. Ver.^a Biga, eu não vou responsabilizar o Presidente Lula pelas dezenas de milhares de mortes no País. Se alguém morreu em alguma enchente, se alguém morreu como aconteceu, infelizmente, causando dor a várias famílias gaúchas, em vários lugares desses, a gente solicita recursos do governo federal, inclusive, para combater a insustentabilidade urbana de centenas de locais irregulares, a gente solicita ao Ministério das Cidades. Mas, no meu discurso, a falta desses recursos não será o motivo, dizendo que o Presidente Lula ou o governo federal é o responsável pelas mortes dessas pessoas. Eu não vou dizer que eu não quero que ele vá se solidarizar no enterro ou no velório de nenhum desses brasileiros; é muita demagogia, é muita campanha sendo feita com a dor das pessoas. Nós temos que ter responsabilidade de acabar com esse tipo de discurso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h37min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do Requerimento nº 207/23, que é a moção de solidariedade em apoio à reposição inflacionária de 32% ao efetivo da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio Grande do Sul. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Fernanda Barth (PL) (Requerimento): Solicito a inversão da ordem de priorização de votação, passando o PLL nº 488/21 para o lugar do PLL nº 358/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Solicito a retirada do PLL

nº 543/23 da priorização de votação, e que seja incluído como primeiro na priorização votação da sessão ordinária prevista para o dia 6 de dezembro.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito um minuto de silêncio pelo falecimento da Sra. Lidia de Lima Cordeiro e do Sr. José Carlos Tacca, que nos deixaram nesse fim de semana.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 207/23 – (Proc. nº 1155/23 – Ver. Engº Comassetto) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “à reposição inflacionária de 32% ao efetivo da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Rio Grande do Sul”. **(SEI 154.00083/2023-79)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 207/23](#). (Pausa.) O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autor.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar aqui V. Exa., Ver. Hamilton Sossmeier, cumprimento todos os colegas vereadores e vereadoras desta Casa. Cumprimento todos aqueles que nos assistem pela TVCâmara e todos que estão presentes aqui no plenário. Principalmente os trabalhadores e trabalhadoras da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiro, trabalho da segurança pública do Estado do Rio Grande do Sul, sejam bem-vindos. Esta moção, na verdade, Ver. Hamilton, eu sou um porta-voz a pedido das lideranças da Brigada Militar e dos bombeiros. É uma lista grande de lideranças que aqui está, eu não vou citar o nome de cada um, mas que representa aqui a totalidade dos trabalhadores aposentados e trabalhadoras aposentadas e também os da ativa, de soldados a tenentes da Brigada Militar. Qual é o tema que traz aqui essa categoria? Que tem uma defasagem brutal nos seus salários, não tem reposição, que isso já passa de 60% e, agora, recentemente, teve uma reforma no IPE, que aumentou drasticamente também os descontos de cada trabalhador e cada trabalhadora. Portanto eles estão vindo a esta Câmara Municipal, e eu

quero dizer aqui que convidei grande parte dos líderes, inclusive está aberto no SEI para aqueles que não conseguiram assinar, porque houve um problema inicial, e podem assinar esse requerimento. Porque esse não é um tema de um vereador, esse é um tema da cidade de Porto Alegre, esse é um tema do Estado do Rio Grande do Sul. E eu quero dizer aqui, vereadores, vereadoras e prezada comunidade presente, todos nós clamamos por melhor segurança, todos nós clamamos pela segurança pública. Agora, quem está na linha de frente, quem está todo o dia, quando o 190 toca, que corre para fazer o atendimento às comunidades, proteger as comunidades e a salvar vidas? É o grande contingente da Brigada Militar, dos soldados, dos cabos, dos sargentos, dos tenentes. E por que não também dos seus comandados? Mas os comandados de capitães para cima têm recebido aumento, prezada Comandante Nádia, e dali para baixo, esses aumentos não têm acontecido. E a categoria está aqui hoje reivindicando não os 60%, está reivindicando 32%. Por que 32%? Foi o mesmo aumento que o governador deu para si e para os seus secretários. Então nós temos que fazer justiça, se aqueles que comandam podem ter, por que aqueles que trabalham, que estão lá na ponta, que se esforçam todo dia e que colocam as suas vidas em risco, que estão batalhando em todas as nossas comunidades e atendendo os nossos pedidos, a todo momento, não podem ter em dia os reajustes que lhe são de direito e que estão sendo negados? Esse é o debate e essa moção de apoio e de solidariedade é para que esta Câmara, junto com 370 câmaras de vereadores do Rio Grande do Sul, que já aprovaram, envie ao governador este documento, à Assembleia Legislativa, à Comissão de Segurança da Assembleia Legislativa e assim por diante. Então, eu não tenho dúvida que os nossos colegas vereadores e vereadoras vão apoiar e votar aqui, por unanimidade, esta moção de solidariedade e de apoio aos trabalhadores da segurança pública, da Brigada Militar, aos soldados, aos sargentos, aos cabos, aos tenentes, que é a reivindicação dessa categoria que aqui está. Então, nós estamos aqui sendo o porta-voz, pedindo aqui o voto pela melhoria da segurança pública. Um trabalhador da segurança pública, Ver. Cassiá, se não for bem remunerado, ele não faz um trabalho como pode fazer, porque a sua preocupação com a vida, a sua preocupação com a família, a sua preocupação em manter tudo em dia é algo muito difícil. Para provar isso, o Rio Grande do Sul tem os maiores índices de suicídio entre os trabalhadores da ponta da segurança pública e também da Brigada Militar. Nós temos que não só reconhecer isso, mas também dizer: sejam bem-vindos, e esta Casa não negará, porque o entendimento é de que quem trabalha merece ser bem remunerado. Portanto, reajuste de 32% já! A nossa solidariedade e peço aqui a todos colegas vereadores e vereadoras a aprovação dessa moção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 207/23.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Presidente Hamilton, vereadores e vereadoras, público que assiste pela TVCâmara, eu venho em nome do PSOL, portanto em nome da Ver.^a Karen, da Ver.^a Fran, do Ver. Alex Fraga, do Ver.

Pedro Ruas, declarar a nossa posição favorável a esta moção. É uma moção muito importante. Nós, na Assembleia Legislativa, temos feito essa luta política em defesa da segurança pública, através da nossa deputada estadual Luciana Genro, que tem sido uma incansável defensora dos trabalhadores e trabalhadoras da Brigada Militar, dos bombeiros. Essa é uma luta fundamental, e a proposta de reajuste é uma proposta básica, como muito bem disse o Ver. Engº Comassetto. Nós temos uma situação de arroxo salarial, na área da segurança pública no Rio Grande do Sul há muito tempo, e ela foi agravada extremamente pelo governo Eduardo Leite, com reajustes constantemente diferenciados entre os altos escalões da segurança e a baixa oficialidade – os soldados, os cabos, sargentos, tenentes. Isso é algo inaceitável. Na verdade, a rigor, infelizmente nós temos uma divisão na Polícia Militar e, em geral, na área da segurança pública, entre a alta oficialidade e o restante da tropa. Inclusive o mecanismo de entrada na Brigada Militar é um mecanismo que estabelece essa divisão, porque o concurso é um concurso que vai para capitão. Então, o sujeito começa como capitão. Na verdade, deveria ser uma carreira única, porque o capitão, em tese, se nós quisermos ter uma oficialidade mais capaz, tem que realmente ter uma carreira, ele tem que ter a experiência anterior, de preferência inclusive ter passado pela experiência de soldado. Eu creio que uma carreira única é o mais adequado. Mas, infelizmente, nós temos duas portas de entrada na Polícia Militar, que eu acho que é o princípio da desigualdade no interior das próprias forças de segurança, o fato de que tenha dois tipos de entrada: o concurso para o soldado, até tenente; e o concurso para capitão.

Bem, outra situação, como também foi dito da tribuna, e já foi denunciada inúmeras vezes na Assembleia Legislativa, é que nós temos o índice mais elevado de suicídios nas polícias no Rio Grande do Sul. O Rio Grande do Sul é um Estado que, comparativamente ao resto do País, tem um nível elevado de suicídios, mas na Polícia Militar esse índice é superior a todos os estados. Então isso não é algo realmente aceitável, razão pela qual eu considero muito justa essa moção e essa é a posição da bancada do PSOL, portanto da Ver.^a Karen, da Ver.^a Fran Rodrigues, do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Alex Fraga e também a minha posição. A moção deve ser aprovada, nós necessitamos fazer um mínimo de justiça na área da segurança pública, não para a cúpula, mas para os soldados, os cabos, os sargentos, ou seja, para aqueles que realmente garantem a base da segurança aqui no Estado do Rio Grande do Sul.

Nós sempre falamos, e concluo com isso, que nós não queremos que a Brigada Militar, a Polícia Militar sejam simplesmente... Infelizmente, a lógica dos governantes é essa: utilizar a força de repressão para reprimir o povo, essa é a lógica, essa é a regra, digamos, da relação que os governantes estabelecem com o corpo de segurança. Nós queremos ter um corpo de segurança que sirva à sociedade, não que sirva à lógica dos governos simplesmente para reprimir manifestações populares, como muitas vezes ocorre. E isso se constrói com a sociedade tendo uma relação democrática com o seu corpo de segurança e, para que isso ocorra, é preciso respeitar, do ponto de vista democrático, os critérios de relação entre o corpo de segurança e a população, mas é

preciso também garantir condições de trabalho para esse corpo de segurança, condições salariais dignas, e esse é o sentido da moção. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 207/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, colegas vereadores, integrantes da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, vejam bem, nem quando nós temos uma moção importante para ser votada conseguem os dois vereadores que me antecederam tentar fazer a divisão da Brigada Militar. É uma vergonha isso – é uma vergonha! É uma vergonha, porque são os mesmos vereadores dos mesmos partidos que vêm aqui e falam mal da Brigada Militar. Não se enganem, porque muitos são usados por esses partidos de esquerda, por esses partidos que apoiam aqueles que dizem que a Brigada Militar é truculenta. E eu olhando os senhores aqui, porque todos nós nos conhecemos e muito bem, eu não vejo ninguém truculento aqui, mas são esses vereadores que vêm aqui e dizem que a Brigada Militar tem a tendência de matar jovens negros, mas agora são os bonzinhos da moção. Eu queria saber se algum dos senhores ou senhoras já entraram dentro da vila para matar jovem negro, porque é isso que eles dizem. Não se deixem utilizar, não se deixem utilizar por esses politíqueiros, politíqueiros que surfam numa onda e que querem ganhar voto. Ponto final! Que não entendem nada da Brigada Militar, que não sabem que esses homens e mulheres são forçados dentro do que preconiza os direitos humanos.

Vou dizer para vocês que eu faço parte da Frente Parlamentar de Vereadores Policiais e Bombeiros Militares do Estado do Rio Grande do Sul, e que tivemos uma reunião com as associações, com a ABAMF, com a ASSTBM, com a Aofergs, com a Aberg, com a associação dos oficiais, a Asofbm, e não tinha divisão nenhuma. Uma vergonha os que vieram aqui, esses dois vereadores, dizerem: “Porque tem a divisão dos oficiais e dos praças...” Vai entrar numa viatura! Vai entrar numa viatura!

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Sei! Eu sou filha de sargento! Não sejam utilizados! Não sejam massa de manobra! Não sejam massa de manobra, porque é isso que a esquerda quer: dividir. Dividir, como sempre fez, homens para um lado, mulheres para outro; brancos, negros; com deficiência e sem deficiência. Esse papinho não serve para mim. Vejam que é interessante que agora o Ver. Comassetto abriu o bloco para assinatura para aqueles que... Agora, agora, porque eu tenho uma fala de que essa moção foi acordada com as associações e com a frente parlamentar. Quando a minha assessoria foi colocar, o Ver. Comassetto já havia colocado a moção, protocolado a moção. Eu pedi para ele, Adeli, tu me conheces, eu não tenho meias palavras, e está no ali no WhatsApp do vereador pedindo: eu também quero assinar, assim como outros também querem, mas, não, abriu só para os amigos do rei. Agora, diz a minha assessora

que agora abriu para todo mundo assinar. Que interessante. Para todo mundo não, parece que só para mim, porque pode ser que outros aqui queiram. Olha que absurdo! Quando uma moção serve para a categoria e quando uma moção serve para partidos políticos, líder Cecchim. Não é sério! Por óbvio que eu vou votar “sim” nessa moção, porque, Ver. Comassetto, essa moção não é só para soldado e para sargento; é para toda a Brigada Militar, é para todos os bombeiros do Rio Grande do Sul. Não se deixem usar. Eu vou dizer novamente: não se deixem usar, porque vocês, alguns, estão sendo utilizados como massa de manobra por aqueles que não gostam da Brigada, aliás, por aqueles que querem desmilitarizar a Brigada. Eu sempre digo: quem não quer a Brigada Militar – militar! – que saia da Brigada! Que saia! Ninguém foi buscado na sua casa pra ser brigadiano, para ser policial civil ou pra ser bombeiro; a dedicação tem que acontecer e sempre. Esses são os que incitam jovens universitários a gritarem: “Não acabou, vai acabar. Eu quero o fim da Polícia Militar”. Eu não quero o fim da Polícia Militar, e tenho certeza de que os senhores também não, porque, se hoje todos nós estamos numa proteção social, com a nossa aposentadoria mais ou menos garantida, com paridade e integralidade, é porque nós estamos no guarda-chuva da proteção social. Gritos, eu não dou nem bola! Não se enganem, senhores, vamos cair na real, vamos cair na real, vamos votar “sim”, eu vou votar “sim” para a reposição que foi tirada e que não foi colocada por esse governo que muitos votaram.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Queridos, eu não fico aqui com meias palavras, eu conheço a Brigada Militar, sou filha de sargento, com muito orgulho, assim como há sargentos e soldados que têm filhos oficiais, e que bom que nós temos na Brigada Militar, soldados, sargentos, oficiais, que defendem o povo gaúcho. Vou voltar a dizer: são esses que apoiam a audiência de custódia que faz tão mal para os nossos brigadianos; são esses que dizem que o nosso soldado entra na vila e bate no jovem negro! Eu não aceito isso. Eu sou brigadiana de raça, de coração e não aceito politicagem barata em cima da minha Brigada Militar. A minha, a nossa Brigada Militar, a dos gaúchos, que serve ao povo e não, a um governo, que há pouco tempo, mandava atender o telefone com os dizeres: “Brigada Militar, governo popular e democrático”. Essa não é a minha Brigada. Esse governo, de alguns aqui, que fazia o policial tirar a arma do seu coldre e antes dizer: “Parado! Polícia! Eu estou armado e posso atirar.” Isso é uma vergonha! Não vão sindicalizar a Brigada Militar.

Por isso, eu venho aqui dizer que é “sim” para essa moção, apesar de ter aberto, Comassetto, depois tu vês com a tua assessoria, abriram agora para assinatura, e parece que é só para mim, não foi para todos, porque todos gostariam. Não use a Brigada Militar. Tenha respeito com homens e mulheres que há 186 anos dão o seu melhor, que é a sua vida, para o povo gaúcho. Obrigada.

(A Ver.^a Cláudia Araújo reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ver. Engº Comassetto.

Vereador Engº Comassetto (PT): Gostaria de fazer um esclarecimento em relação à fala da Ver.^a Comandante Nádia, que diz respeito a todos os colegas vereadores. A pedido das lideranças que estão aqui, protocolei essa moção e abriu lá no SEI, no início, e, logo depois, fechou. Todos sabem que eu estive em licença de saúde. Hoje, ao chegar aqui, a Ver.^a Nádia me perguntou, me cobrou que não estava aberta, e imediatamente eu pedi para abrir, não só para ela, mas para todos os colegas vereadores assinarem, independentemente do seu partido, porque esse tema não é de disputa ideológica, é um tema de reparação a uma categoria que tanto sofre. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Está registrado.

Vereador Pablo Melo (MDB): Peço ao Ver. Engº Comassetto, assim como disse a Ver.^a Comandante Nádia, que abra o bloco para a assinatura de absolutamente todos os vereadores. Já está? Então está. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): Sra. Presidente, acho que há um consenso aqui de votarmos logo essa moção e liberar o pessoal que está ali em cima. Nós iremos votar “sim”.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado. Nós ainda temos dois inscritos para encaminhar a matéria. A Ver.^a Biga Pereira está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 207/23.

VEREADORA BIGA PEREIRA (PCdoB): Ver.^a Cláudia, no exercício da presidência, eu me dirijo aqui aos colegas vereadores e vereadoras, eu tenho a certeza de que nós vamos votar de forma unânime, porque nada mais justo do que valorizar os servidores da segurança pública. Eu fico muito feliz em vê-los aqui nas galerias, afinal, nós temos tido aqui muitas homenagens para os grandes oficiais. Hoje, chegou o dia de homenagearmos vocês, os brigadianos, os bombeiros, as bombeiras e as brigadianas. Eu me recordo, quando fui integrante do governo Tarso, que o governo Tarso fez algumas concessões, digamos assim, à Brigada Militar, mas foi lá, em 2014, que os brigadianos tiveram o último reajuste, há 10 anos amargam os seus salários sem um reajuste sequer. No ano passado, nós tivemos 14 estados e o DF reajustando os salários da Brigada Militar. O Rio Grande do Sul, não. O Rio Grande do Sul não reajustou. Vocês, que aqui foram chamados de massa de manobra, vergonha alheia, eu quero pedir desculpas a vocês, porque vocês não são massa de manobra. Vocês sabem o que estão fazendo aqui, vocês sabem. Eu não sei, como os familiares de assessores que estão aqui, como assessores

também que estão aqui na segurança da Casa, como é que têm a sua orientação, mas nós temos certeza que o reajuste será aprovado – essa moção. Parabéns, Ver. Comassetto, parabéns por apresentar essa moção de solidariedade. Acho que nós devemos, inclusive juntamente com nossos deputados e deputadas, nos empenharmos para garantir que os brigadianos do Rio Grande do Sul, assim como os bombeiros, as brigadianas e as bombeiras, tenham esse reajuste, que é certo. Vocês estão solicitando simplesmente o mesmo índice que o governador Eduardo Leite deu para o seu salário. Nós estamos apoiando e encaminhando a votação favorável a esta justa moção, a esta justa valorização dos servidores da segurança. Nós, com certeza, vamos cumprir com a nossa tarefa de olhar para aqueles que, de verdade, são os que mais precisam, são os que estão sofrendo, sim, de doença mental, que tem levado ao suicídio no nosso Estado. Por isso, inclusive, nós aqui aprovamos o projeto de lei que eu apresentei para o Cerest desenvolver campanhas de saúde mental para, especialmente, os brigadianos e brigadianas.

Parabéns a todos vocês que se mobilizaram e que não admitem ser tratados como uma manobra. Vocês, que lutam, que já fizeram marcha, que já foram ao Palácio exigir, foram à Assembleia e hoje estão aqui para que assistir à aprovação desta moção. Muito obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 207/23.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Vereadora Cláudia, colegas vereadoras, vereadores; neste momento que nós queremos ajudar uma categoria profissional, não tem sentido uma discussão político-ideológica, como tentam fazer. Quero lembrar à Comandante Nádia que, em 2013/2014, durante o governo Tarso, se eu estou bem lembrado, inclusive, foi o coronel Fábio que deu a última nomeação, ou como se diz, para subir na carreira, para a Comandante Nádia, então, não tem nada que ver com política ideológica. É um cara do PT. E o último aumento, de fato, que a categoria profissional teve foi com o Tarso Genro. Acho que foi em torno de 70%, porque houve uma recuperação incrível. Não foi numa tacada, mas foi um espaçamento adequado, tanto que, hoje, passados nove anos, o pessoal está com uma defasagem, está solicitando 32%. Então, com discurso, com grito, ou sem grito, a questão é a seguinte: nós somos favoráveis, ou não somos favoráveis a pedir o aumento de 32%? Essa é a questão. Eu sou favorável, a bancada do PT, que está aqui com o Jonas, que é o nosso líder, com o Comassetto, com o Oliboni, comigo, Adeli, nós votaremos favoravelmente, mas nós não vamos fazer disso uma discussão, uma disputa infundável político-partidária. Nós não vamos entrar nesse jogo, esse jogo não interessa a uma categoria profissional que tem que conseguir votos lá na Assembleia, Ver. Pedro Ruas, V. Exa. já foi deputado, tem que ter 28 votos para ter maioria, e para buscar 28 votos, não é apenas um partido que vai dar os 28 votos, é preciso convencer partidos políticos, lideranças e trabalhar juntos, não é, Ver.^a Mônica? Não é só um partido.

Portanto, temos que unir, neste momento, todas as forças político-partidárias, acreditar que a Brigada Militar, a Polícia Civil, os bombeiros são essenciais no Estado. Não estamos falando de governo, Ver. Jonas, nosso líder, nós estamos falando do Estado, o Estado necessita de uma força policial. Quando se faz uma crítica aqui ou acolá, é para colaborar, ninguém está botando fogo no circo. Se botar fogo no circo, nós vamos precisar dos bombeiros. Então, devagar com o andor. Nós buscamos o entendimento, e nesse sentido eu tenho certeza absoluta que nós vamos ter o voto de unanimidade, que essa moção vai ao governador e que possa sensibilizá-lo. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 207/23, pela oposição.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver.^a Cláudia, colegas vereadores e vereadoras, eu ainda não vi tudo, eu não tinha visto uma cena tão fora da realidade. A minha colega Ver.^a Nádia vem aqui na tribuna e, minutos depois de xingar todos nós, xingar os participantes, ela está ali olhando para mim, olhando para os senhores, batendo foto com os cidadãos da Brigada Militar, do Corpo de Bombeiros. E ela disse que meus colegas vereadores falaram um monte de besteira; eu vou mostrar para senhora quem de fato deu o reajuste salarial à Brigada Militar e ao Corpo de Bombeiros. A senhora, Ver.^a Nádia, que inclusive foi nomeada comandante do 19º Batalhão de Porto Alegre, do Rio Grande do Sul, aqui na região leste... Olha que ela está gritando, não sou eu, estou tentando falar mais alto. Sabem por quem ela foi nomeada? Naquela ocasião, o secretário de segurança era o Michel e o comandante da Brigada Militar era o Fábio, e o governador quem era? Tarso Genro – eu era deputado estadual. Pois a Ver.^a Nádia, naquela ocasião, fazia parte do governo do PT, a Ver.^a Nádia estava no nosso governo; por isso, agora vem dizer... Já lhe dou aparte, já lhe dou a parte, só um pouquinho, já lhe dou aparte!. O Tarso Genro deu 245% de reajuste para Brigada Militar e Corpo de Bombeiros. Duzentos e quarenta e cinco por cento! E a senhora tem coragem, a cara de pau de vir aqui...

Vereador Claudio Janta (SD): Ver. Oliboni, só quero um minuto da sua atenção. Sra. Presidente, tem uma premissa, desde que cheguei aqui, que assessor respeita os vereadores, certo? Aqui ninguém é maior do que ninguém, mas nós temos mandato; então peço que a assessora da Comandante Nádia peça desculpas por estar ofendendo os vereadores aqui dentro. Peça desculpas, não manda vereador calar a boca aqui dentro. Fica quieta! Não retruca vereador. Baixa a tua bola, baixa a tua bola!

(Tumulto no plenário.)

Vereador Claudio Janta (SD): Está aí, foi isso que ela fez ali. Vereador é vereador. Já vi assessor querer rir de alguma coisa e tapar a boca, ou sair daqui de dentro. Vereador é vereador!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Claudio Janta.

(Aparte antirregimental de pessoa estranha ao plenário.)

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Opa!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A senhora não tem autorização para falar no microfone de aparte, o que é isso?

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Eu não tinha visto isso!

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Eu solicito que a segurança retire a Sra. Luciana do plenário, porque ela não tem autorização para falar no microfone de apartes, ela não é vereador. Obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Querido Oliboni, eu nunca tinha visto, durante a sua fala, o que está acontecendo aqui? Eu quero perguntar, que a Casa diga, se essas duas pessoas que gritaram aqui no plenário, inclusive com o Ver. Janta, são vereadoras, ou são servidoras. Não é possível isso aqui.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Ver. Jonas, já foi determinada a retirada. Continue, por favor, Ver. Oliboni.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidenta, em função do incidente... Nobre Presidenta, estou falando com a senhora. Olha só, o assessor ou assessora a que se refere o Ver. Janta, se eu não me engano, o assessor, que estava ali identificado com barba e tal é companheiro, esposo da assessora da Nádia. Tem que ter esse cuidado para não utilizar pessoas do gabinete, ou cargo de confiança, que é secretário adjunto do governo Melo... É muito grave esse tipo de coisa. E aí vem uma pessoa utilizar o microfone de aparte, no momento em que o vereador está falando no plenário, sem autorização, adentrada no plenário. Onde nós estamos, afinal? Tem que ter um regramento aqui da Mesa Diretora para que isso não aconteça mais. Respeito a posição da vereadora, ela tem a sua posição, mas é lamentável dizer um monte de asneiras aqui. O governo Tarso Genro deu 245% nos quatro anos, o melhor governo que teve no Rio Grande do Sul, em termos de reconhecimento ao trabalhador, ao servidor público, que é a Brigada Militar e o Corpo de Bombeiros. E aí vem aqui dizer que os meus companheiros do PT, o Adeli e o Ver. Comassetto... Ela está com inveja, por causa da moção que obriga o governador a fazer a reposição dos 32%. Essa que é a grande verdade! O governo de Estado, que a Ver.^a Nádia apoia, não reconhece o servidor público, seja da Brigada Militar, seja do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil. Mas, quando um vereador do PT

encaminha alguma coisa nesse sentido com relação às categorias, ela fica com dor de cotovelo. É por isso que, no debate, acontece o que está acontecendo aqui, lamentavelmente. Estamos com vocês. A luta é toda nossa junto com vocês e esperamos que o governador reconheça a luta do servidor público. Muito obrigado.

Vereador Idenir Cecchim (MDB): A Brigada Militar não é de um governo, a Brigada Militar é do Estado. Então, quem promoveu, promoveu.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Está registrado, Ver. Idenir Cecchim.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Questão de ordem, para não ficar bobagem sendo falada na tribuna. A Brigada Militar não é do governo A, B ou C. Se eu estava comandando um batalhão, é porque eu sou do Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o comandante-geral da Brigada. Então não me venham os vereadores do PT dizer que eu era do governo do Tarso Genro; aliás, eu jamais seria de um governo de esquerda, quem me conhece sabe muito bem. Então vamos deixar aqui que as falas sejam dentro de uma mínima transparência do que realmente aconteceu. Muito obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver.^a Comandante Nádia.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, a vereadora trouxe aqui uma questão de ordem; eu faço uma questão de ordem. Ela não vai pedir desculpas a este plenário pela sua assessoria usar o microfone desrespeitosamente ao Regimento? Essa deveria ser a questão de ordem da Ver.^a Nádia, que desrespeita a Mesa, desrespeita todos os vereadores e os demais servidores que respeitam o estatuto desta Casa.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Registrado, Ver. Jonas Reis. O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 207/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente, alguém me refresca a memória, não foi o vereador do PT que invadiu a Casa, em 2017, naquelas manifestações? Vem Jonas.

Sra. Presidente, eu até não ia subir a esta tribuna, porque íamos deixar que a moção, se passasse ou não, o encaminhamento do voto do NOVO...

(Tumulto no plenário.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente Cláudia, está difícil, Presidente.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Pessoal, por gentileza, eu gostaria de pedir silêncio, nós estamos com um vereador na tribuna, ele não está conseguindo fazer a sua manifestação porque não há silêncio no plenário. Obrigada.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Se a senhora puder recompor o meu tempo, Presidente, eu lhe agradeço.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Fique tranquilo, o seu tempo será preservado.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Presidente. Então nós tivemos que ouvir aqui vereador que invadiu esta Casa em 2017 protestando contra invasão. E não vou dizer que é certo quem não tem mandato falar no aparte, enfim, partido de vereador que, em 2013, invadiu aqui, ficou pelado neste plenário. Vocês lembram dessas invasões? Além disso, pela oposição, subir aqui e defender o governo Tarso, que deveria ter sido algemado ao final pela lesa-pátria que fez aumentando no canetaço e fazendo depois o Sartori ter que pagar esses aumentos. Aliás, parceladamente, porque o ex-governador faliu o Estado do Rio Grande do Sul e depois fugiu, foi morar no Rio de Janeiro. Então a gente tem que escutar cada coisa nesse plenário que realmente só a democracia bem estabelecida é que permite.

Tem um filme do ano de 1991, chamado Dormindo com o Inimigo, e eu sugiro ao pessoal que está nas galerias apoiando essa moção que assistam a esse filme, porque quem está defendendo ou supostamente defendendo vocês aqui é quem luta pelo fim do seu emprego, é quem luta pelo fim da Brigada Militar, é quem promove a divisão entre praças e oficiais. Falaram em suicídio aqui antes, faltou dizer que o cara que se suicidou estava preso na polícia por Maria da Penha, era um oficial. Então vocês estão dormindo com o inimigo, eles não querem ajudar vocês; eles querem o voto de vocês. Aqui na homenagem que a Brigada recebeu da Ver.^a Comandante Nádia, acusaram a Brigada de matar negros, baseados numa pesquisa estapafúrdia de uma ONG chapa branca de esquerda. Eles não defendem a Brigada Militar, eles defendem o mandato e o salário deles, e usam vocês para conseguir o seu intento de se reeleger. A esquerda é contra a Brigada, a esquerda é a favor do fim da Brigada Militar, e isso já ficou claro em diversas ocasiões, inclusive a Ver.^a Comandante Nádia antes citou sobre aquele cântico do fim da Brigada Militar. Então a esquerda é contra a Brigada, a esquerda é a favor do fim da Brigada Militar.

Dito isso, o NOVO vota contra essa moção por coerência. Aliás, o NOVO foi o único partido na Assembleia que, recentemente, não faz nem 30 dias, votou contra o trenzinho da alegria que todos os partidos e o governador aprovaram para o Judiciário. O NOVO votou contra esse aumento de salários de uma casta já privilegiada. Então, eu subo aqui para encaminhar o voto “não” por coerência. As contas públicas estão esgualçadas. O governador Leite, traindo o seu discurso de campanha, quer aumentar impostos porque

ele deu o “trenzinho da alegria” para si e para os demais, e agora não consegue pagar. Mas o NOVO vota contra e sempre votou contra essas pautas no Parlamento gaúcho. Portanto, não há dinheiro nem para o “trenzinho da alegria” do Judiciário, nem para aumento de salário do governador, nem para 32%, que pode ser justo – não vou entrar nesse mérito –, mas neste momento não há caixa. E o NOVO não faz politicagem como faz a esquerda. O NOVO gosta da Brigada, o NOVO homenageia a Brigada Militar, o NOVO defende que a Brigada seja prioridade junto com a saúde e a educação. Mas assistam ao filme “Dormindo com o Inimigo”. Vocês estão dando asa para cobra, vocês estão caminhando com quem quer o fim da Brigada Militar, e nós do NOVO não queremos o fim, muito antes pelo contrário. Por isso, encaminhamos “não” a essa moção.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 207/23.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver.^a Cláudia Araújo, na pessoa de V. Exa., cumprimento os demais vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas galerias, em especial a família brigadiana, que hoje nos abrilhanta com a sua presença. Eu quero cumprimentar a ABAMF, que traz a faixa “Reajuste salarial”. Em primeiro lugar, não é aumento. Reajuste salarial é direito constitucional. Todo trabalhador tem direito ao reajuste. Então, quero encaminhar favoravelmente, Ver. João Bosco Vaz, em nome da nossa bancada.

Todas as forças de segurança são relevantes, são importantes para o Estado do Rio Grande do Sul. A política pública de segurança é algo muito relevante; não existe sociedade sem segurança pública. Sem fazer nenhum comparativo entre Polícia Civil, Guarda Municipal, outras instâncias de polícia, como a Polícia Federal, mas a Brigada Militar cumpre um papel fundamental no Estado do Rio Grande do Sul. Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, enfim, demais servidores que, porventura, estão com seus salários congelados e não receberam a inflação merecem receber a inflação. Como é que nós vamos votar contra, Presidente, a uma moção que diz respeito a uma reposição da inflação?

Então venho aqui fazer esse encaminhamento favorável. E aí a gente tem que parar um pouquinho de misturar aqui, assinatura ou iniciativa. Aqui todo mundo é parte da construção de um contexto. Nós estamos dialogando com o futuro, com o amanhã, com a construção, com o diálogo das nossas futuras gerações na proteção à segurança nas escolas, nas comunidades, nos bairros, nas vilas, nos bares, em todos os lugares. Se não houver uma força de segurança bem remunerada, como é que vai ser? Aí a bandidagem vai tomar conta, simples assim. Então queremos encaminhar que, “sim”, a favor da moção, por que não? Reajuste; vamos votar a favor do reajuste. Isso é mais do que direito que vocês têm.

Quero fazer uma menção aqui à Ver.^a Cláudia Araújo, estivemos juntos aqui – fugindo um pouquinho só do encaminhamento da pauta – na nossa Frente Parlamentar do Câncer Infantil, nós tínhamos ali o Dia do Câncer Infantil e hoje é o Dia Mundial de

Combate ao Câncer, Dia Nacional do Combate ao Câncer. É uma doença muito grave, e também vale aqui o nosso registro pelo dia de hoje. Nós temos aí a frente parlamentar, hoje presidida pela Ver.^a Comandante Nádia, nós estivemos lá na caminhada, e fazer menção também aqui a essa questão tão grave, que é essa doença maligna, que é o câncer que já levou tanta gente querida, próxima de todos nós. Não tem uma pessoa que não tenha tido uma situação envolvendo o câncer. Tivemos o Outubro Rosa e outras situações – a Ver.^a Lourdes está de rosa hoje, casualmente –, mas fica também o registro pela passagem do dia de hoje.

Então, pela atenção, muito obrigado, com o nosso apoio aí à família brigadiana e parabéns pela mobilização e pela organização de vocês. Muito obrigado.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o Requerimento nº 207. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

Gostaria de deixar registrado que, por estar presidindo, não posso votar, só desempatar. Deixo registrado que o meu voto seria “sim”.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito alteração da ordem de priorização de votação, para que passemos, logo após a discussão e votação do PLL nº 140/22, à votação do Requerimento nº 213/23.

PRESIDENTE CLAUDIA ARAÚJO (PSD): Em votação o requerimento de autoria do Ver.^a Lourdes Sprenger. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0271/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 140/22, de autoria das Ver.^{as} Fernanda Barth e Comandante Nádia, que inclui § 4º no art. 7º da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008, que consolida, no Município de Porto Alegre, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos, sobre a publicidade nos equipamentos desse comércio e dessa prestação de serviços, e alterações posteriores, estipulando a distância mínima de 50m (cinquenta metros) entre estabelecimentos de comércio localizado e o estacionamento de veículo automotor de comerciantes ambulantes ou de prestadores de serviços ambulantes que exerçam atividades similares. **(SEI 212.00027/2022-76)**

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica

para a tramitação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01, do Ver. José Freitas (Líder da Bancada do REP);
- com Emenda nº 02, do Ver. José Freitas (Líder da Bancada do REP) e da Ver.^a Fernanda Barth;
- adiada a discussão por uma Sessão em 18-10-23;
- adiada a discussão por duas Sessões em 23-10-23;
- discutiu a matéria o Ver. Adeli Sell em 08-11-23;
- incluído na Ordem do Dia em 23-08-23 por força do art. 81 da LOM.

PRESIDENTE CLAUDIA ARAÚJO (PSD): Em discussão o [PLL nº 140/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PL): Boa tarde a todos que nos escutam, a todos que nos acompanham pela TVCâmara. Esse projeto é bem simples, ele vem basicamente corrigir um equívoco que foi feito no projeto que nós votamos no ano passado. Um projeto de desburocratização, de liberação dos ambulantes e tal, mas que acabou com a distância mínima que a gente precisa ter para valorizar aquele trabalhador legalizado, que tem um aluguel, que paga impostos para estar ali, ou seja, não é um projeto de perseguição ao vendedor ambulante; ele, simplesmente, estabelece que nós temos um distanciamento mínimo entre o ambulante e o prestador de serviços que está legalizado naquele endereço. As duas emendas do Ver. Freitas estão muito bem construídas, elas vêm corrigir problemas eventuais que poderiam acontecer no projeto e que poderiam prejudicar os ambulantes, mas que estão sanados nessa questão. E eu vou aqui, rapidamente, encaminhar com vocês. (Lê.) “Desde o ano de 2008, vigora em nossa Cidade a [Lei nº 10.605](#), de 29 de dezembro de 2008, que, dentre outras disposições, dispõe sobre a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos. Já neste ano, foi sancionada a [Lei nº 13.030](#), de 15 de março de 2022, que teve como objetivo possibilitar de forma mais ampla as atividades de comerciantes ambulantes, promovendo atualizações relevantes a esse fim. Deixando bem claro que nós somos absolutamente favoráveis à forma como isso foi aprovado, entretanto, em seu artigo 13, essa lei suprimiu o § 2 do art. 7º da Lei nº 10.605 de 2008, que estabelecia a distância mínima entre estabelecimentos do comércio ou do comerciante ambulante ou de prestadores de serviço ambulantes que exercem atividades similares. Ao refletirmos sobre a parte suprimida, concluímos, por sua grande relevância para os comerciantes do nosso Município, pela garantia de uma concorrência justa, os ambulantes em questão não possuem as mesmas despesas que os comerciantes localizados de forma absoluta nos seus endereços, e, assim, de forma desleal, acaba lesando ambas as partes, lembrando de todas as despesas de aluguel de impostos de legalização. Vendo a necessidade de retomar a distância que havia sido estipulada como uma forma de garantir essa concorrência justa, entendemos pela

necessidade de restabelecer o distanciamento do veículo ao estabelecimento que exerça atividade similar.

Pelo exposto, pedimos aos nobres pares o acolhimento e aprovação desse importante projeto de lei. Eu solicito aqui dos colegas a votação favorável ao projeto e as duas emendas do Ver. Freitas. Obrigada.

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do [PLL n° 140/22](#), como coautora.

(Tumulto no plenário.)

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, continuo ou aguardo?

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): A senhora quem sabe, vereadora. Se a senhora quiser esperar...

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Eu vou falar com os vereadores que estão aqui! Não tem problema. Segunda-feira de muitas emoções!

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Só para explicar o furdunço, peço desculpas no que me toca, mas um cidadão ali veio me ameaçar no vidro. Eu fui pedir para ele reiterar a ameaça na minha frente, ele virou as costas. Eu falei: O senhor vai ser covarde agora? Ele disse: “Ah, lá fora a gente se pega.” Então, só para dizer que eu perdi no voto, eu acho que a democracia é isso; agora, vir marcar e ameaçar, aí acho que não. Obrigado, Sra. Presidente. Desculpa, Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Cláudia, colegas vereadores; eu acho que o que está faltando aqui é equilíbrio nas falas, nas ações. Se não pode uma assessora falar alto, não pode também um assessor bater no público, não pode assessor invadir a Câmara, não pode várias coisas.

Mas falando aqui do nosso projeto de lei, meu e da Ver.^a Fernanda, ninguém quer aqui terminar com o ambulante. Sabemos muito bem que essa nova modalidade de comércio veio para ficar, e tem muitos ambulantes que estão já formalizados junto à Prefeitura. Isto é importante: quanto mais trabalho formal nós tivermos, melhor é para uma Porto Alegre que quer ser empreendedora, que quer ter oportunidade de empregos, de geração de renda, para que as pessoas possam ter comida na sua mesa. E esse projeto vem para atualizar, para arrumar o que foi já votado e aprovado nesta Câmara, que é o projeto que prevê a coexistência pacífica dos ambulantes com o comércio de rua, comércio de loja que está na rua. E volto a dizer aqui: não pode uma loja que está vendendo tênis, que paga seus tributos, que paga IPTU, que tem ali a loja física, abrir as suas portas e, na sua frente, ter, no chão, pessoas vendendo o mesmo produto – isso é que

nós não queremos. Não pode um bar que paga todas os seus tributos, que tem pagamentos mensais, abrir as portas para vender uma Coca-Cola e, na sua frente, ter um ambulante vendendo a mesma mercadoria. Nós estamos querendo aqui dar uma distância mínima, respeitando o comércio que tem lojas físicas, estabelecimentos físicos e os ambulantes, para que não haja conflito de interesse na venda dos produtos. E as Emendas nºs 01 e 02, do Ver. José Freitas, vêm abraçar um segmento que até hoje não está regulamentado e é muito importante. Então, queridos colegas, pedimos a aprovação das Emendas nº 01 e nº 02, do Ver. Freitas, que em nada mexem no projeto, mas que agregam ainda o segmento de brinquedos infláveis, e também a aprovação deste projeto para que a gente possa fazer uma cidade de Porto Alegre que coexista, que haja a permissividade dos estabelecimentos formais de rua, de lojas coexistirem pacificamente, harmoniosamente, com ambulantes que também têm de nossa parte todo o respeito. Muito obrigada.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Vou pedir que os assessores, por favor, sentem nas suas cadeiras. Vamos examinar, quem não estiver com crachá tem que sair do plenário. Os assessores que não estão com crachá terão que sair do plenário. Nós não vamos dar andamento na sessão enquanto assessores sem crachá e sem autorização estiverem no plenário; sem gravata também. E os vereadores que se sentiram atingidos por assessores que entraram aqui no plenário devem fazer representação; tem que fazer representação. Assessor tem que respeitar vereador aqui e não pode mais entrar no plenário. Não importa de quem é o assessor. Os assessores não ouviram que têm que ficar sentados, gente? Por favor, nós queremos conferir, ver se há assessores aqui que não podem ficar no plenário. (Pausa.) Depois acontece uma tragédia, não é, gente? Então, eu acho que o respeito tem de começar por nós, vereadores, inclusive com os nossos assessores.

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Sr. Presidente, nunca na história desta Casa aqui, enquanto o plenário funciona, aquela sala lá no fundo foi usada durante as sessões para reunião. Eu vejo que os vereadores passam para lá, com cinco, seis convidados, para se reunirem lá. Aquela porta sempre esteve fechada, se quiser acessar tem que ser por fora. Então eu peço que o senhor leve esse assunto para a Mesa, porque isso está causando constrangimento e acontecem essas situações, como aconteceu agora.

E eu vou livrar a Ver.^a Comandante Nádia, porque a segurança me disse que quem trouxe para dentro deste plenário a senhora que fez o aparte aqui foi a Ver.^a Barth.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Inclusive informo que aquela porta está determinada para ficar fechada. Então...

Vereador João Bosco Vaz (PDT): Tem que fechar. Tem que fechar. Reunião é cada um no seu gabinete.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Os vereadores têm que ter a liberdade de transitar.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, queria elogiar a sua atitude à medida que quem estava na tribuna era este vereador. E, devido ao barulho, enfim, aos contratemplos que estavam acontecendo no plenário, essa senhora se dirige aqui do fundo do plenário, vem ao microfone, microfone aberto, e se manifesta, e é aí que está o grande erro. Não é assessora, não é parlamentar, uma pessoa que... Como foi que ela entrou no plenário? Essa é a questão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Perfeito.

Vereadora Fernanda Barth (PL): Eu vou aqui colocar que eu fui procurada por essa moça, que se chama Luciana Mendina. Ela veio até aqui, e queria gravar um vídeo comigo; estava muito barulhento, e eu disse: “Vamos até ali, só que antes eu vou ao banheiro”. No momento em que eu fui no banheiro, aconteceu tudo isso, eu não ouvi absolutamente nada. Ela não é minha assessora, ela não tem nenhuma relação profissional comigo, e eu lastimo o fato. Nem eu consigo falar nesse microfone de apertes se eu não tiver autorização. Foi realmente um absurdo o que aconteceu.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. Peço sempre a colaboração dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras para o bom andamento do nosso trabalho. Obrigado.

O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação do [PLL nº 140/22](#).

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Obrigado, Presidente Hamilton, colegas vereadores e público nos assiste. Eu quero agradecer à Ver.^a Barth, inclusive ela assinou comigo a segunda emenda; a primeira desse projeto de lei que visa a reestruturar o distanciamento entre vendedores ambulantes e comércio do gênero alimentício em Porto Alegre. A Emenda nº 01 é para excluir do projeto a lei dos ambulantes que trabalham na orla. Colegas, vereadores, ali do Gasômetro até a Rótula das Cuias, tem 60 famílias ali que trabalham, ambulantes, que trabalham há décadas. Então, essa emenda aqui é para garantir que eles permaneçam ali como estão hoje. É só isso. É simples. Essa Emenda nº 01 vai garantir que os ambulantes da orla até a Rótula das Cuias permaneçam como estão; essa regra não vai servir para eles; é isso.

A Emenda nº 02 é para todos que trabalham com brinquedos infláveis, essa atividade não é assegurada por lei, então nós estamos incluindo nessa lei, através dessa emenda, que todas as empresas ou pessoa que trabalha com brinquedos infláveis sejam assegurados por lei a partir dessa emenda. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 140/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores; o projeto, na sua essência, seria um projeto interessante se não fosse algo que não vai acontecer na cidade de Porto Alegre. Esse projeto é inexistente. Primeiro, porque tem uma súmula vinculada e vigente, do Supremo Tribunal Federal, a Súmula nº 49, que garante a livre concorrência; segundo, esta cidade, quando o Ver. Adeli Sell foi secretário da indústria e comércio, quando o Ver. Idenir Cecchim foi secretário da indústria e comércio, esta cidade fez algumas intervenções. Não com aquela pessoa que está desempregada; aquela pessoa que está numa situação de vulnerabilidade e que está vendendo um vestido na frente de uma loja de meias; que está vendendo uma bermuda na frente de uma ótica; que está vendendo uma fruta na frente de uma livraria; que está vendendo – nem existe mais hoje em dia – um CD na frente de uma loja de chocolate. O nosso povo é criativo. Se nós colocarmos que não pode vender tal produto a 50 metros, a pessoa vai andar 50 metros e vai vender na frente de outra empresa e venderá outro produto, só que o que tem que combater nós não estamos combatendo: é quem traz esses produtos para cá. O Ver. Adeli Sell fez isso quando foi secretário da SMIC, foi nos depósitos, foi na chegada em aeroportos, em trens, em navios buscar quem traz esses produtos; o Ver. Idenir Cecchim criou o Centro de Compras. Já tem uma lei que diz que é proibido vender na porta de estabelecimentos comerciais em Porto Alegre, tem uma lei proibindo. Então o projeto, por ser inconstitucional em função da Súmula nº 49 do STF, além de ser ineficiente, vai ser um projeto que nós vamos aprovar, mas eu não vejo a eficiência no cumprimento desse projeto, já que a questão social é muito maior. Nós temos não só imigrantes trabalhando dessa forma em Porto Alegre, nós temos pessoas que pegam o pouco que lhe sobra de uma rescisão de contrato ou de um serviço que fazem, vão lá e compram doces, compram brinquedos infláveis – como o Ver. José Freitas disse aqui – e vão vender se tem um *show*, se tem um evento no Beira-Rio, na Arena, no Araújo Vianna ou onde for. Essas pessoas vão vender, vão fazer renda para a sua família vendendo inclusive nas sinaleiras de Porto Alegre, por isso eu acho que é ineficaz, porque nós vamos ter pessoas vendendo na sinaleira, em menos de 50 metros uma loja de doces a pessoa vai vender mandolates, paçoquinha, vestido de Batman, de Homem-Aranha, levando sustentação para a sua família. Mas volto a dizer: em função da Súmula nº 49 do STF esse projeto é inconstitucional, porque a súmula libera o livre comércio; cabe às cidades regulamentarem isso mediante centros de compras, mediante camelódromos e uma série de coisas. Agora, a questão é exclusivamente social, eu volto a dizer que o nosso povo é muito criativo, então se dissermos que em 50 metros a pessoa não pode vender tênis na frente de uma loja de tênis, não irá vender, irá vender na frente de uma ótica, irá vender óculos na frente de uma loja ou de um supermercado, e nós temos que ir mais longe ainda. Nós já estamos discutindo a questão de as farmácias estarem vendendo óculos; farmácias viraram supermercados, Ver. Airto Ferronato. Hoje, numa farmácia,

além de óculos, o senhor compra leite, compra uma série de outras coisas. Então, nós temos que discutir a questão do comércio como um todo.

Agora, o que vai resolver, de fato, foi o que o Ver. Adeli e o Ver. Cecchim fizeram quando foram secretários da indústria e comércio. Ir na fonte, no nascedouro, em quem traz esses produtos e entrega para a população de Porto Alegre, na origem desses produtos, e ver que muitos deles foram adquiridos de cargas roubadas. Muitos deles foram adquiridos de forma ilícita, e chegam nas mãos das pessoas que estão completamente desesperadas, e desempregadas, para levar o sustento para a sua família.

Só queria fazer esse lembrete aos colegas sobre a Súmula nº 49 do STF, a questão da eficácia de nós votarmos algo aqui e como vamos cumprir essa lei na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 140/22.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, nós aqui somos submetidos a esse projeto. Acho que a gente precisa, de fato, abraçar todas e todos. Os pequenos também precisam de espaço para poder tirar o seu sustento, não é possível. Nós precisamos de legislação que agregue, que as pessoas possam ter o direito a construir sua renda. Isso é importante. Não podemos ter privilégios para alguns e não abraçar os outros. Muitas pessoas têm dificuldade em obter um emprego formal, e só lhes sobra o trabalho como ambulante, peregrinando e buscando clientes para as suas mercadorias. Esta é a realidade. Nós não podemos achar que as pessoas decidem ser ambulante, por exemplo, porque querem. Não, todo mundo queria ter um emprego digno, com salário digno. Não um salário mínimo apenas, com valorização. O DIEESE já mostrou que o salário mínimo brasileiro deveria ser mais do que R\$ 6 mil para a pessoa poder se alimentar, morar dignamente, se vestir, construir sua família, poder dar condições aos seus filhos. Infelizmente, o salário mínimo brasileiro é aquém da necessidade do povo trabalhador. Infelizmente, essa legislação não agrega, por isso meu voto será contrário a essa legislação, porque é uma legislação que segrega, que permite espaço aos que já têm; e aos que não têm, que fiquem para lá, se virem. Não, assim não. Temos que ter regras, claro, temos que ter regras, mas eu não posso apoiar quem já tem alguma condição e em contrapartida quem não tem, eu não olhar. Eu vou votar olhando para os que menos têm condições para lutar, para construir o seu dia a dia, a sua subsistência. É disso que se trata, sim. Então, infelizmente, esta proposição vem em péssima hora, péssimo conteúdo, segrega e não agrega. Contra isso que nós vamos votar. Votarei “não”.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 01 ao PLL nº 140/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 140/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**, com a abstenção do Ver. Jonas Reis.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cláudio Janta, o PLL nº 140/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**. [*Resultado corrigido na 113ª Sessão Ordinária.*]

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 213/23 – (Proc. nº 1186/23 – Ver^a Lourdes Sprenger) – requer seja encaminhada Moção de repúdio “à fala do Vereador Leo Mota, do Município de Fazenda Vilanova, no Estado do Rio Grande do Sul, que em sessão plenária de 9 de outubro afirmou que parabenizaria um vizinho se ele matasse algum de seus quatro cães se estivesse incomodando e que na casa de sua mãe, tem quatro cachorros, se sair do pátio e incomodar o vizinho, pode matar”. (**SEI 035.00108/2023-72**)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 213/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Vou ler uma carta do prefeito: “Exmo. Sr. Hamilton Sossmeier, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, ao cumprimentá-lo cordialmente, venho voluntariamente prestar informações, ainda que de uma ação de foro privado, a fim de garantir o resguardo, o respeito ferido por ilações proferidas nos últimos dias. Lamentavelmente, uma ação de solidariedade entre amigos, gestores no âmbito do Município, ganhou exploração política desonesta. Como não temos nada a esconder dos cidadãos de Porto Alegre, divido aqui dados que demonstram de forma transparente a natureza genuína da união de esforços em benefício de quem mais precisa. Diante das muitas necessidades urgentes para socorrer as famílias acolhidas nos abrigos municipais e também nas barracas às margens da BR, após a última enchente, eu, pessoalmente, comecei uma vaquinha informal, com depósito de R\$ 200,00 em recursos próprios. Unimos forças com o vice-prefeito e demais integrantes da gestão que contribuíram voluntariamente, como quiseram e puderam. Apesar de todos os esforços do Município estarem voltados a prover estrutura aos acolhidos, incluindo os R\$ 20 milhões apartados do orçamento para o auxílio emergencial que já está sendo pago aos moradores. É de conhecimento geral que o poder público tem capacidade limitada de resposta na mesma velocidade de socorros essenciais que se fazem urgentes. Mamadeiras, frutas, água, banheiros químicos, chupetas, achocolatados e outros produtos de natureza básica para as famílias com muitas crianças foram custeadas de forma quase imediata por essa vaquinha solidária, que se somou às milhares de doações de águas, cestas básicas e uma grande onda de solidariedade que os cidadãos e empresas da capital atenderam, para fazer frente

ao que poderia ter sido uma tragédia da nossa cidade. Houve 83 doações voluntárias, com recursos privados, reunidos por Pix, somados R\$ 11.070,00, dos quais R\$ 10.752,75 já foram empregados com a finalidade acima detalhada, com lisura e transparência que marcam minha vida pública. Seguem, em anexo, detalhes dessa prestação de contas privada de ação de amigos. Porto Alegre, 23 de novembro 2023. Sebastião de Araújo Melo”. Então, o prefeito pediu para lermos a sua carta, o que acabamos de fazer aqui.

Vereador Airto Ferronato (PSB): Meu caro Presidente, sei que o Ver. Oliboni vai pedir verificação de quórum. Eu quero aproveitar esse espaço para convidar todos colegas, vereadores e vereadoras, a Câmara toda, para amanhã, às 14h30min, aqui no plenário, a homenagem de entrega do Título Honorífico de Cidadão de Porto Alegre a Luis Alberto Suárez – todos estão convidados. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta pede para informar que, na quarta-feira, será entregue no plenário a moção de solidariedade ao ex-vereador Mario Manfro. Eu quero deixar público, Ver. Jonas Reis, que o senhor merece um troféu. O senhor o receberá.

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Treze vereadores presentes. Não há quórum. (18h13min) Encerrada a Ordem do Dia.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 1027/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 606/23, de autoria da Ver^a Biga Pereira, que estabelece a obrigatoriedade aos clubes de futebol de solicitar ao Executivo Municipal, seus órgãos de controle de trânsito e mobilidade urbana, e aos órgãos de segurança pública o fechamento, para a circulação de carros, das vias de acesso próximas aos estádios nos dias de realização de jogos, *shows* e eventos com previsão de grande público. (SEI 299.00144/2023-44)

PROC. Nº 0334/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 168/23, de autoria

do Ver. Alvoni Medina, que declara de utilidade pública a Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade. (SEI 020.00052/2023-61)

PROC. Nº 0962/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 571/23, de autoria do Ver. José Freitas, que obriga as empresas que fornecem energia elétrica, telefonia, comunicação de dados, televisão por assinatura ou outro serviço por meio cabos, em rede aérea ou subterrânea, a realizar a identificação de seu cabeamento por meio de cor única. (SEI 034.00390/2023-99)

PROC. Nº 1010/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 593/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que altera a ementa e inclui art. 2º-A na Lei nº 11.277, de 14 de maio de 2012 – que determina que os veículos de transporte coletivo do Município de Porto Alegre possuam bancos reservados para utilização exclusiva por idosos, pessoas com deficiência física, gestantes e obesos e que esses bancos estejam identificados –, dispondo sobre a instalação de películas refletivas nos vidros laterais, localizados nas áreas dos bancos e espaços reservados a Pessoas com Deficiência (PcD), dos ônibus do transporte público coletivo de Porto Alegre. (SEI 215.00113/2023-67)

PROC. Nº 1022/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 601/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Ulisses Rodrigues de Matos. (SEI 019.00155/2023-32)

PROC. Nº 1147/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 668/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Viela Francisco Jacques de Mattos o logradouro público não cadastrado conhecido como Viela Onze – CEFER UM –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 165.00235/2023-22)

PROC. Nº 1156/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 672/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Paulo Cesar Fraga da Rocha o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito – Estrada Otaviano José Pinto –, localizado no Bairro Lami. (SEI 165.00237/2023-11)

PROC. Nº 0864/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 065/23, de autoria da Mesa Diretora, que autoriza a Câmara Municipal de Porto Alegre a filiar-se à União dos Vereadores do Estado do Rio Grande do Sul (UVERGS). (SEI 014.00024/2023-50)

PROC. Nº 1128/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 087/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede a Comenda Porto do Sol à Editora Tipuana Ltda. – Revista Oeste. (SEI 220.00295/2023-61)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0350/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 179/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que assegura a todos o pagamento de meia-entrada para o ingresso em atividades culturais e esportivas, tais como espetáculos cinematográficos, teatrais, musicais, circenses, jogos esportivos e eventos congêneres realizados no Município de Porto Alegre e revoga a Lei nº 9.989, de 5 de junho de 2006, que assegura o pagamento de meia-entrada a estudantes e aos jovens com até 15 (quinze) anos. **(SEI 220.00087/2023-61)**

PROC. Nº 0732/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 408/23, de autoria da Ver^a Mari Pimentel, que proíbe a nomeação ou a designação de condenados por órgão colegiado de controle externo ou jurisdicional, com trânsito em julgado, para exercício de cargo de direção, chefia ou assessoramento, cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na Administração Pública, Direta e Indireta. **(SEI 211.00077/2023-35)**

PROC. Nº 0964/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 573/23, de autoria do Ver. José Freitas, que inclui inc. XIII no art. 21, § 4º no art. 49 e § 7º no art. 39; altera o inc. I do art. 31-B, o *caput* do art. 39 e o *caput* do art. 41; e revoga o inc. II do art. 15 e o inc. II do art. 17, todos da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, e alterações posteriores – que institui o serviço público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre –, e revoga a Lei nº 11.466, de 29 de julho de 2013, acrescentando direito ao motorista de utilizar veículo totalmente elétrico, alterando a potência permitida para a utilização de GNV em veículos na frota de táxi, concedendo reajuste tarifário anual, acrescentando modalidade de pagamento da tarifa por PIX, alterando o índice de correção anual da tarifa, excetuando o sorteio de vaga de ponto fixo em caso de permuta entre autorizatários e isentando de pagamento nas áreas de estacionamento rotativo o condutor que estiver prestando serviço de Transporte Individual por Táxi e permanecer no interior do veículo. **(SEI 034.00401/2023-31)** Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Claudio Janta, e Emenda nº 02, do Ver. José Freitas.

PROC. Nº 0978/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 578/23, de autoria das Ver^{as} Comandante Nádia e Fernanda Barth e do Ver. Ramiro Rosário, que obriga as unidades hospitalares localizadas no Município de Porto Alegre e que tenham em seu rol de serviços ofertados a realização de procedimentos de aborto nos casos previstos em lei obrigadas a afixar cartazes educativos sobre a prática. **(SEI 025.00099/2023-20)**

PROC. Nº 0979/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 579/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que torna obrigatória a indicação do gênero masculino ou feminino nos banheiros das escolas das redes de ensino público e privado no Município de Porto Alegre. **(SEI 025.00101/2023-61)**

PROC. Nº 1012/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 595/23, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que institui a Campanha Permanente de Conscientização sobre o Câncer Ocular Infantil – Retinoblastoma – no Município de Porto Alegre. (SEI 161.00088/2023-94) Observação: com Emenda nº 01, da Ver^a Cláudia Araújo.

PROC. Nº 1013/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 596/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que institui como flor símbolo do Município de Porto Alegre a espécie *Cattleya Intermedia*. (SEI 025.00106/2023-93)

PROC. Nº 1123/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 655/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que denomina Rua Rosa Amélia Fernandes dos Reis o logradouro público cadastrado conhecido como Beco A – Rua Prisma –, localizado no Bairro Santa Tereza. (SEI 037.00344/2023-97)

PROC. Nº 1146/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 667/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Viela Francisco Edeljader Brião da Silva o logradouro público não cadastrado conhecido como Viela Doze – CEFER UM –, localizado no Bairro Jardim Carvalho. (SEI 165.00234/2023-88)

PROC. Nº 1130/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 088/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A. (SEI 220.00296/2023-13)

PROC. Nº 1131/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 089/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre – Atempa. (SEI 210.00611/2023-12)

PROC. Nº 1138/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 090/23, de autoria do Ver. Adeli Sell, que concede o Diploma Honra ao Mérito à Associação dos Auditores Fiscais da Receita Municipal de Porto Alegre – AIAMU. (SEI 022.00003/2023-26)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O Povo de Porto Alegre que acompanha os debates sabe que agora está em tramitação na Casa este projeto que obriga as empresas que fornecem energia elétrica, telefonia, comunicação de dados, televisão por assinatura e outros serviços por cabos a realizarem identificação de seu cabeamento por meio da cor única. Eu quero dizer que é uma vergonha para a nossa cidade, não tem rua, avenida que não tenha um monte de fios pendurados, e ninguém é dono, ninguém é dono. E, principalmente, as empresas de telefonia – é uma vergonha! –, cheias de dinheiro, estão

até na bolsa de valores. Estão na bolsa de valores! Bilhões em recursos. Várias pessoas já se acidentaram nesta cidade, motoboys principalmente; os fios ficam pendurados, ninguém é responsável; aí, depois, quem sofre são as famílias, porque um motoboy que se acidenta fica sem levar renda para dentro de casa, porque muitos não têm carteira assinada; vão parar lá no HPS, e quem paga é o imposto do cidadão. Essa é a realidade, isso tem que terminar nesta cidade. Eu quero pedir ao prefeito, já pedi isso há dois anos, quero reiterar: prefeito, tem que ter uma equipe de fiscalização dessas fiações, isso não pode ficar do jeito que está.

Esses dias, estava aqui na frente da Câmara de Vereadores, eu filmei, registrei, só conseguia passar um carro, e o fio encostava em cima do carro. Na frente da Câmara de Vereadores, um deboche a esta Casa. As empresas debocham do poder público quando fazem isso. E não dá em nada, não dá multa para as empresas, ninguém é responsabilizado. Eu queria sugerir aqui, Presidente Hamilton, que fossem convocados os representantes na cidade dessas empresas de telefonia, de internet, de cabos, todos eles, a comparecer a este plenário para dar explicações. Eles jogam um monte de fios, daí não usam mais, ficam lá pendurados. Na Rua Marcírio da Silva Barbosa, sabe o que eles fizeram, Ver. Cassiá? Eles só cortaram e deixaram pendurado aquilo, aí os cidadãos pegaram e amarraram umas sacolinhas plásticas, porque os carros passam na encruzilhada e encostam no fio, daí a sacolinha plástica é o sinalizador. Isso está há seis meses lá, seis meses e ninguém é dono. Terra sem lei? Não é possível! Então eu peço ao prefeito que determine ao seu secretário a constituição imediata de uma equipe de fiscalização e um decreto-lei multando essas empresas. Nós não podemos esperar um projeto que não gera multa, tem que gerar multa. Eu vou botar uma emenda nesse projeto, e é multa. Essas empresas só aprendem quando sai dinheiro delas, que daí elas têm que prestar contas para os acionistas, para o conselho administrativo; elas têm que pagar, porque os cidadãos estão se acidentando. O visual então, gente, é uma coisa crônica de tão feia, horrorosa! Aí a gente fica, como cidadão, todos vocês que estão aí nos seus bairros, pagando o pato – esta é a frase –, porque umas empresas de telefonia não cumprem regras, não têm respeito. Mas tem mais empresas, tem novas empresas fornecendo internet e tudo o mais, cabeamento de TV a cabo. Não dá, não é só mudar a cor dos cabos para a gente identificar, nós temos que fazer uma limpeza, e a Prefeitura, se eles não tirarem, dá um prazo, vai lá e tira tudo, azar deles. Agora o cidadão não pode ser penalizado e ter a vida em risco, isso é inadmissível! Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, Ver. Jonas, eu quero cumprimentar V. Exa. pela manifestação trazida daqui, até porque a lei que propôs a retirada de fios e cabos é de minha autoria. Também concordo que precisamos dar uma atenção toda especial ao tema. Nós tivemos, na semana passada, uma reunião onde participaram prefeito, vice-prefeito,

secretários; eu estive presente, esteve presente o Ministério Público, a Agergs; esteve presente também o pessoal da nossa empresa CEEE Equatorial, e ficou encaminhado que deve sair com brevidade um decreto, um TAC, para que se comece, com toda intensidade, a retirada de fios e cabos aqui na cidade. A preocupação é válida.

Cumprimento V. Exa. e quero dizer que nós estamos cobrando, avaliando isso há bastante tempo. Esperamos, porque houve acordo entre as partes, que se comece o mais rápido possível essa retirada, porque concordo: está perigosa a quantidade de fios que temos pendurados, esparramados pelo chão. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Estão encerrados o período de discussão de Pauta e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h20min.)

(Os pronunciamentos desta sessão não foram revisados pelas oradoras e pelos oradores.)

* * * * *